

**PROGRAMA DE  
AVALIAÇÃO  
INSTITUCIONAL  
*2019-2021***

Porto Alegre  
2019

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>CONAES</b>	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
<b>CONSUN</b>	Conselho Superior Universitário
<b>CPA</b>	Comissão Própria de Avaliação
<b>FUNDATEC</b>	Fundação Universidade-Empresa de tecnologia e Ciências
<b>IES</b>	Instituição de Educação Superior
<b>INEP</b>	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
<b>MEC</b>	Ministério da Educação e Cultura
<b>NAVI</b>	Núcleos de Avaliação Institucional
<b>PAIS</b>	Plano de Ação Institucional para Superação
<b>PDI</b>	Plano de Desenvolvimento Institucional
<b>PPCs</b>	Projeto Pedagógico dos Cursos
<b>PPI</b>	Projeto Pedagógico Institucional
<b>RGTs</b>	Relatórios de Grupos de Trabalho
<b>SINAES</b>	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>4</b>
<b>2 A INSTITUIÇÃO</b> .....	<b>5</b>
2.1 IDENTIFICAÇÃO .....	5
2.2 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO .....	6
2.3 HISTÓRICO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA IES .....	10
<b>3 COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL (CPA)</b> .....	<b>18</b>
3.1 COMPOSIÇÃO DA CPA .....	18
3.2 FUNÇÕES DA CPA .....	18
3.3 FUNÇÕES DO PRESIDENTE DA CPA .....	19
3.4 FUNCIONAMENTO DA CPA .....	19
<b>4 CONCEPÇÃO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL</b> .....	<b>21</b>
4.1 PRINCÍPIOS .....	21
4.2 OBJETIVOS .....	25
4.3 ARTICULAÇÃO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL COM O PDI E OS PPC .....	27
<b>5 METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL</b> .....	<b>28</b>
5.1 CONCEITOS .....	28
5.2 DIMENSÕES OBSERVADAS .....	30
5.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS E INDICADORES .....	41
<b>5.3.1 Graduação</b> .....	<b>41</b>
5.3.1.1 Avaliação docente .....	41
5.3.1.2 Autoavaliação discente .....	43
5.3.1.3 Avaliação dos serviços e da infraestrutura .....	44
5.3.1.4 Avaliação da gestão .....	45
5.3.1.5 Avaliação de acompanhamento do egresso .....	46
<b>5.3.2 Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i></b> .....	<b>47</b>
5.4 SENSIBILIZAÇÃO .....	47
5.5 FASE DE COLETA DE DADOS .....	48
5.6 DIAGNÓSTICO .....	49
5.7 ARTICULAÇÃO DOS RELATÓRIOS PELA OUVIDORIA .....	49
<b>6 AVALIAÇÃO EXTERNA</b> .....	<b>52</b>

6.1 AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS ESTUDANTES (ENADE) .....	52
6.2 AVALIAÇÃO EXTERNA DE CURSOS – AUTORIZAÇÃO, RECONHECIMENTO OU RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO .....	52
6.3 AVALIAÇÃO EXTERNA INSTITUCIONAL – CREDENCIAMENTO OU RECRENCIAMENTO .....	53
<b>7 CONSOLIDAÇÃO .....</b>	<b>55</b>
7.1 PLANO DE AÇÃO INSTITUCIONAL PARA SUPERAÇÃO (PAIS) .....	55
7.2 RELATO INSTITUCIONAL .....	55
<b>8 DIVULGAÇÃO .....</b>	<b>58</b>
<b>9 METAS PARA CPA – 2019 a 2021 .....</b>	<b>60</b>
9.1 PLANO DE AÇÃO .....	60
<b>10 BALANÇO CRÍTICO DA CPA .....</b>	<b>63</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>64</b>
<b>ANEXO A - INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DICENTE E DOCENTE .....</b>	<b>66</b>
<b>ESCALA DE CONVENÇÃO .....</b>	<b>66</b>
<b>ANEXO B - INSTRUMENTO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS .....</b>	<b>68</b>
<b>ESCALA DE CONVENÇÃO .....</b>	<b>68</b>
<b>ANEXO C - INSTRUMENTO DE AUTOAVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO- ADMINISTRATIVO .....</b>	<b>70</b>
<b>ANEXO D - INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO ACADÊMICA .....</b>	<b>71</b>
<b>ANEXO E - INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO PÓS-GRADUAÇÃO <i>LATO SENSU</i>75</b>	

## 1 INTRODUÇÃO

O presente documento apresenta o Programa de Avaliação Institucional do Centro Universitário Metodista - IPA.

Ao reestruturar o seu Programa de Avaliação Institucional, o IPA, toma por base a experiência de mais de 15 anos de avaliação institucional para repensar seus processos, instrumentos e indicadores de avaliação, contextualizado nas políticas públicas de avaliação da educação superior desenhadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e pelo momento institucional vivido a partir do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Desta forma, o Programa de Avaliação Institucional que ora se apresenta, entendendo que o princípio básico apresentado pelo SINAES consiste na ênfase da avaliação emancipatória como condição para o desenvolvimento da autonomia da Instituição de Educação Superior (IES), propõe o tensionamento entre os dados e resultados da avaliação externa com um sólido processo institucional de reflexão e discussão pelos diversos atores da IES em relação a sua missão e processos que a materializam. Toma como premissa básica a Autoavaliação como processo de reflexão colegiada e emancipatória e de produção de sentidos de forma a encaminhar tomadas de decisão da gestão acadêmica e administrativa.

O Programa de Avaliação Institucional do Centro Universitário Metodista - IPA, pretende ser um instrumento que contribua com o processo de consolidação das políticas indissociadas de ensino, pesquisa, extensão e gestão, e, para tanto, constrói-se a partir das vivências de discussão e redefinição de documentos como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) em relação à instituição dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC).

Ainda, esse documento, apresenta as propostas redimensionadas para a Avaliação *online* de Autoavaliação de curso, docente e da infraestrutura e serviços da IES, acompanhamento do egresso e Ouvidoria.

O Programa de Avaliação Institucional se propõe a realizar um processo de meta-avaliação com o acompanhamento da CPA e, com o apoio da Coordenadoria de Avaliação Institucional desenvolvendo debates com os gestores da IES e com a comunidade acadêmica.

## 2 A INSTITUIÇÃO

### 2.1 IDENTIFICAÇÃO

**Mantenedora:** Instituto Porto Alegre da Igreja Metodista

**CNPJ:** 93.005.494/0001-88

**Base Legal:** Associação civil, confessional, com objetivos educacionais, culturais, de assistência social e filantrópicos, com fins não econômicos, com sede e foro na cidade de Porto Alegre, Rua Coronel Joaquim Pedro Salgado, 80, Estado do Rio Grande do Sul. É reconhecida como de Utilidade Pública Federal pelo Decreto 8.6174 em 2 de julho de 1981, Estadual pela Lei 21.372, em 15 de outubro de 1971 e municipal pela Lei 3.1025, de 10 de janeiro de 1968. É dirigida por Conselho Diretor, com estatuto registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da cidade de Porto Alegre, sob nº de ordem 49.612, do livro A 57, datado de 1º de fevereiro de 2005, e atualizado em 10 de dezembro de 2010, sob o nº 73.051, fl 109F, do Livro A nº 136. Com sede e foro na cidade de Porto Alegre, Rua Coronel Joaquim Pedro Salgado, nº 80, Rio Grande do Sul.

**Mantida:** Centro Universitário Metodista - IPA

**Reitor / Diretor Geral:** Prof. Dr. Marcos Wesley da Silva

**Telefone:** (51) 3316-1100 / 0800-541-1100

**e-mail:** reitoria.ipa@ipa.metodista.br

**Endereço:** Rua Coronel Joaquim Pedro Salgado, nº 80, Bairro Rio Branco, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

**Base Legal:** Instituição de educação superior privada, comunitária, confessional, com sede e foro na cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, autorizada a ofertar cursos na Unidade Central IPA – Rua Coronel Joaquim Pedro Salgado nº 80, Bairro Rio Branco, com endereço agregado à Unidade Central IPA/Americano – Rua Lauro de Oliveira nº 71, Bairro Rio Branco. É credenciada pela Portaria do Ministério da Educação (MEC) nº 3.186 de 8 de outubro de 2004, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 196 de 11 de outubro de 2004 e aguarda a publicação do ato de Recredenciamento pelo processo e-MEC nº 201208241. Em processo de

credenciamento institucional em Educação à Distância (EAD), obtendo conceito 5, e autorização do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, com conceito 4, os quais aguardam expedição de Portaria pelo processo e-MEC nº 201405539.

## 2.2 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O Centro Universitário Metodista - IPA, mantido pelo Instituto Porto Alegre da Igreja Metodista, tem sua origem no *Colégio Americano*, criado em Porto Alegre em 1885, inicialmente para a educação de mulheres, e no *Porto Alegre College*, criado em 1923, como projeto de Universidade ligado à *Southern Methodist University* (SMU), de Dallas, Texas, dos EUA. Esse projeto foi interdito no Estado Novo, por falta de lideranças nacionais, o que resultou em fechamento de suas Faculdades de Economia e de Teologia. Acrescente-se ainda que, com a declaração da Autonomia da Igreja Metodista no Brasil, na década de 1930, as relações entre as igrejas do País e as estadunidenses passam a ter um caráter mais fraterno e menos administrativo.

As duas escolas – o Colégio Americano e o Porto Alegre *College*, renomeado como Instituto Porto Alegre, que deveriam ser complementares, desenvolveram-se separadamente, vindo a constituir-se em dois dos mais importantes estabelecimentos escolares de Porto Alegre, apenas com a educação básica.

A partir da década de 1970, ambos os colégios implantaram cursos de educação superior na área da saúde, delineando-se o que futuramente seria sua identidade institucional: o compromisso com os direitos humanos, na perspectiva da inclusão dos diferentes. No Instituto Porto Alegre foram criados os cursos: de Educação Física (1971), Fisioterapia (1980) e Terapia Ocupacional (1980). No Americano, por iniciativa da mantenedora, Instituto Metodista de Educação e Cultura (IMEC), iniciaram-se os cursos de Nutrição (1978); Fonoaudiologia (1990); Administração Hospitalar (2000) e Turismo (2000).

Em 2002, a educação básica das duas mantenedoras educacionais metodistas da capital gaúcha foi integrada em uma apenas, no Colégio Metodista Americano – o IMEC. Assim, o IMEC passa a desenvolver a educação básica e o IPA a educação

superior, voltando-se com isso à vocação para a qual foi originalmente fundado: ser uma instituição semente da universidade metodista no sul do Brasil.

A transferência dos cursos superiores do IMEC para a mantenedora Instituto Porto Alegre da Igreja Metodista, possibilitou a elaboração do projeto de transformação das faculdades metodistas gaúchas no IPA. O credenciamento como Centro Universitário ocorreu em 11 de outubro de 2004, com a publicação da Portaria nº 3.186 do Ministério da Educação e Cultura (MEC), no Diário Oficial da União.

Em 2004, o Instituto Porto Alegre da Igreja Metodista - IPA incorpora a Faculdade de Direito de Porto Alegre (FADIPA), originalmente vinculada à Mantenedora Centro de Ensino Superior de Porto Alegre (CESUPA).

Em 10 de janeiro de 2008 o Ministério da Educação expede a Portaria Nº 20, autorizando a transferência de mantença da FADIPA para o Instituto Porto Alegre da Igreja Metodista, o que consolida as ações em Rede do IPA, com o Curso de Direito da referida Faculdade. Em novembro do mesmo ano, o IPA ingressa com a solicitação da unificação de mantidas, de forma a fortalecer o desenvolvimento de Ensino, Pesquisa e Extensão do Curso de Direito da FADIPA, consolidando, assim, da mesma forma, a oferta de ensino e produção científica em todas as áreas do conhecimento.

E, finalmente, em 22 de dezembro de 2009 é publicada a Portaria nº 1.746 que aprova a unificação das mantidas, passando o Curso de Direito a fazer parte do conjunto de cursos oferecidos pelo Centro Universitário Metodista.

Em 2009, no período de 6 a 9 de maio, este Centro Universitário recebeu a visita *in loco* do MEC/INEP para fins de credenciamento da instituição e, no momento, aguarda a publicação da Portaria, referente ao processo no sistema SAPIENS nº 20060007451, o qual está tramitando no sistema e-MEC, sob nº 201208241.

É importante destacar que o Centro Universitário Metodista tem se constituído como referência em educação superior na área das ciências da saúde. Aos cursos tradicionais da saúde, das duas antigas faculdades que o originaram, foram agregados os de Enfermagem, Farmácia, Biomedicina e Psicologia. Seus cursos são reconhecidos por sua qualidade, expressa pela competência dos profissionais egressos, amplamente aceitos pelo mercado de trabalho, onde atuam com

responsabilidade e compromisso com a melhoria da qualidade de vida da população, em particular, da população em situação de risco social.

Como Centro Universitário, foi dado um salto de qualidade nas áreas de Ensino e de Extensão e, atendendo à sua missão, a Instituição ampliou sua atuação para outras regiões de Porto Alegre.

No Ensino, a Instituição que ofertava sete cursos até 2004, em 2013 ofertou via edital de vestibular os seguintes cursos:

- a) Área das Ciências da Saúde: Biomedicina, Educação Física – Bacharelado, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição, Psicologia, Serviço Social e Terapia Ocupacional;
- b) Área das Ciências Sociais e Aplicadas: Administração, Ciências Contábeis, Direito Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Turismo;
- c) Área das Ciências Humanas e Licenciaturas: Ciências Biológicas, Educação Física, Música e Pedagogia;
- d) Área das Engenharias, Tecnologias e Artes: Arquitetura e Urbanismo, Análise e Desenvolvimento de Sistemas - Tecnólogo, Design de Interiores - Tecnólogo, Design de Moda, Engenharia Civil e Engenharia de Produção.

No ano de 2019 a IES oferece os seguintes cursos:

- e) Área das Ciências da Saúde: Biomedicina, Educação Física – Bacharelado, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição, Psicologia e Serviço Social;
- f) Área das Ciências Sociais e Aplicadas: Administração, Ciências Contábeis, Direito Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Turismo;
- g) Área das Ciências Humanas e Licenciaturas: Ciências Biológicas, Educação Física, Música e Pedagogia;
- h) Área das Engenharias, Tecnologias e Artes: Arquitetura e Urbanismo, , Design de Interiores - Tecnólogo, Engenharia Civil e Engenharia de Produção.

Na Extensão, consolidou as Clínicas Integradas dos cursos da saúde na Unidade Central IPA, pretendendo não apenas assegurar o direito à atenção integral, na perspectiva do Sistema Único de Saúde, mas principalmente formar profissionais capazes de atuar com competência técnica e compromisso social.

Para isso, desenvolveu programas nas áreas de Saúde e Cuidado Humano; Educação, Trabalho e Direitos Humanos; Tecnologias Sociais Aplicadas à Saúde e à Educação; Paradesporto; Universidade do Adulto Maior; Universidade Aberta do Trabalhador, dos quais derivam diferentes projetos, envolvendo professores e alunos bolsistas. Ao longo dos últimos anos, o IPA vinha aplicando parte da sua receita bruta em ações de extensão.

Desde 2018, as ações de extensão foram sendo finalizadas e no ano de 2019 a IES não está ofertando ações de extensão para a comunidade acadêmica e para a comunidade em geral.

A institucionalização da Pesquisa foi um investimento na qualificação do corpo docente, que passou a ser estimulado a se capacitar com mestrado e doutorado, através da concessão de bolsas.

O fortalecimento das ações de Ensino e Extensão e a qualificação do corpo docente culminaram em intensa mobilização na perspectiva da institucionalização de uma política de pesquisa mediante o estabelecimento de processos que efetivassem, de forma estratégica e segura, o desenvolvimento de uma *cultura de pesquisa* por meio da articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Essa nova *cultura de pesquisa* estava sendo desenvolvida em todas as atividades e programas acadêmicos, tais como articulação entre as práticas de ensino, extensão e pesquisa a partir da definição das linhas de pesquisa para cada curso; incentivo à iniciação científica em todos os cursos; investimento no desenvolvimento de um perfil de docente pesquisador; incentivo à participação de docentes e discentes em feiras e eventos de ciência e tecnologia, na qualidade de autores; qualificação da Revista Ciência em Movimento, como espaço de divulgação científica; estímulo à divulgação da produção científica dos docentes e discentes, internos e externos à Instituição, através da Editora Universitária Metodista IPA.

Para gerir a pesquisa foi criada a Assessoria de Pesquisa, vinculada à Coordenadoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Foram criados dois Programas de Mestrados *Stricto sensu* Interdisciplinar, um Mestrado Profissional intitulado Reabilitação e Inclusão (nota 4) e um o Mestrado Acadêmico chamado de Biociências e Reabilitação (nota 4), tendo sido criados em 2006 e 2008, respectivamente. Atualmente essa gerência é realizada pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

e de Extensão e Ação Comunitária, que é composta pelas Coordenadorias de Extensão, de Pós-Graduação *Lato Sensu* e de Pós-Graduação *Stricto Sensu*. Em 2019, os cursos de mestrado foram encerrados pela administração central da Rede Metodista.

Na mesma lógica de apoio acadêmico- administrativo, a Pró-Reitoria de Graduação conta com a Coordenadoria de Graduação no assessoramento e acompanhamento dos processos acadêmicos, dentre eles ações de pedagogia universitária e acompanhamento ao discente.

O compromisso acadêmico do IPA é com a formação de profissionais capazes de exercer o seu saber específico articulado com a construção da cultura da solidariedade, da cidadania e da responsabilidade.

### 2.3 HISTÓRICO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA IES

O IPA desenvolve o seu processo de autoavaliação desde o ano de 1994. Nesta ocasião, a instituição constituía-se de Faculdades Integradas intitulada Instituto Porto Alegre da Igreja Metodista.

Em 1994, a instituição iniciou o seu processo avaliativo com os seguintes objetivos: a) promover a participação dos docentes, discentes, funcionários, egressos e empresas; b) fazer o levantamento das necessidades dos cursos e da instituição envolvendo ensino, extensão, pesquisa e gestão; c) buscar a melhoria da qualidade do ensino e da instituição e; d) acompanhar o crescimento estratégico da instituição com o propósito de transformar o Instituto em Centro Universitário Metodista e culminando numa Universidade.

Este processo passou por três etapas que compreendeu os períodos de 1994-1996; 1996-1998 e 1998-2000 em que foi possível levantar muitas questões pertinentes que deveriam ser alteradas, outras que demonstravam a necessidade de um reforço e ainda outras, que apresentavam aspectos positivos que poderiam ser mantidas.

Em 2001, com o objetivo de dar o caráter permanente ao processo de avaliação institucional, a Instituição reestruturou a coordenação deste processo avaliativo e que retomou o processo avaliativo descrito anteriormente e elaborou uma nova proposta

de avaliação institucional. Em 2002, esta coordenação foi institucionalizada através da criação da Coordenadoria de Avaliação Institucional.

A proposta de avaliação institucional foi constituída na perspectiva de existirem dois momentos no processo avaliativo: a avaliação interna e a avaliação externa.

A avaliação interna composta pelo processo de autoavaliação, complementada por informações básicas de cada curso e da própria Instituição. Neste momento, buscava-se realizar o levantamento das informações referentes dos sete cursos de ensino superior oferecidos pela instituição (Educação Física, Terapia Ocupacional, Fisioterapia, Nutrição, Fonoaudiologia, Administração Hospitalar e Turismo com ênfase em Hotelaria) por meio da aplicação de formulários de avaliação. Os formulários eram divididos em três partes: uma quantitativa, outra qualitativa em que se solicitava que fossem colocados os pontos fortes existentes e os pontos a melhorar na instituição e a terceira, constituía-se de uma autoavaliação.

No ano de 2002, estes formulários foram entregues para todos os docentes e funcionários e para cerca de 30% dos discentes. Os docentes preencheram, durante reuniões pedagógicas que ocorriam periodicamente na Instituição. Com os funcionários, a aplicação dos formulários foi realizada por turnos e com os discentes, o processo ocorreu no final do semestre.

Este processo foi realizado com cerca de 30% do alunado devido a complexidade dos formulários serem preenchidos manualmente, de forma impressa e a sua conseqüente análise.

Em 7 de maio de 2003, por meio da Portaria IPA-IMEC-União n.º 09/2003, a Instituição, enfocando ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa e extensão com base em metodologias de gestão que garantam um processo sistemático de avaliação e melhoria contínua da instituição, amplia a Coordenadoria de Avaliação Institucional, alterando sua coordenação e atribuindo-lhe a responsabilidade pelo planejamento, coordenação, execução, acompanhamento e avaliação das políticas, diretrizes e ações da instituição no processo de Avaliação Institucional, no Planejamento Estratégico e na melhoria contínua das práticas de gestão da instituição. Com suas atividades sendo desenvolvidas em conjunto com Grupos de Trabalhos representativos da Instituição, a Coordenadoria de Avaliação Instituição passou a:

- a) coordenar os processos de Avaliação Institucional;

- b) desenvolver estratégias para que se crie na Instituição uma cultura de avaliação e melhorias contínuas da qualidade;
- c) promover eventos institucionais e acadêmicos que promovam a reflexão da qualidade do ensino oferecido na Instituição;
- d) auxiliar no processo de revisão dos projetos pedagógicos dos cursos;
- e) contribuir e promover melhorias para manter a indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e gestão da Instituição;
- f) coordenar a revisão dos processos administrativos, propondo padronizações nos procedimentos possíveis de aplicabilidade e que resultem em melhoria dos processos;
- g) desenvolver e capacitar recursos humanos para a utilização da metodologia e ferramentas de avaliação e da qualidade;
- h) ajudar a instituição a fazer sua prestação de contas à sociedade, através da divulgação de suas atividades;
- i) executar demandas provindas das deliberações da Comissão Própria de Avaliação (CPA), no intuito de ampliar a implementação dos fluxos e processos institucionais.

Neste ano de 2003, as avaliações ocorreram na sua totalidade e de forma *online* permitindo assim, uma maior rapidez no processo e uma melhor análise dos resultados.

A organização e elaboração deste material foram realizadas em conjunto com a Coordenadoria de Avaliação Institucional, com os coordenadores dos cursos e ainda, com os Núcleos de Avaliação Institucional (NAVI). Estes Núcleos foram constituídos pelo próprio coordenador do curso, um representante docente, um discente, um dos funcionários e demais representantes que o curso definir como necessário.

Por sua contribuição específica no processo institucional de transformação em Centro Universitário Metodista, no ano de 2004, com nova coordenação, a Coordenadoria de Avaliação Institucional passa a ser denominada *Coordenadoria Executiva de Avaliação Institucional*, ficando responsável pelo acompanhamento de

processos junto ao MEC<sup>1</sup>, e de processos internos de avaliação, entre eles a instância de interlocução Ouvidoria.

Mantendo-se a proposta de trabalho em colegiados, o foco principal desta nova constituição foi o de firmar, junto à comunidade acadêmica, a visão sistêmica da instituição voltada à melhoria contínua da qualidade de suas atividades e serviços aliados à sustentabilidade financeira.

Sendo assim, em 2004, a avaliação institucional aplicou um processo de consulta à comunidade de forma *online*. Na ocasião, foi possível constatar uma maior participação dos docentes, discentes e funcionários no processo de construção de uma possibilidade de olhar a instituição através dos olhos internos e não somente pelos olhos externos à instituição.

No final de cada ano (2001, 2002, 2003 e 2004), foram elaborados relatórios preliminares com informações básicas de cada curso, sistematização dos resultados quantitativos obtidos e ainda, uma análise dos dados qualitativos. Estes resultados, complementados com os das avaliações externas, foram discutidos com os docentes, funcionários e discentes e divulgados internamente na instituição e inclusive utilizando-se de publicações em periódicos temáticos.

Tendo em vista a condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), contidas no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES, 2004), a Instituição constitui a Comissão Própria de Avaliação (CPA) e, em março de 2005, por ocasião da transformação da Instituição de Faculdades em Centro Universitário Metodista<sup>2</sup>, o Reitor, nomeou a Coordenadoria Executiva da Avaliação Institucional para coordenar os trabalhos de avaliação da IES sendo o coordenador o Presidente da Comissão Própria de Avaliação.

Desta forma, fortalecendo o realizado até o momento e priorizando o atendimento aos aspectos da avaliação estruturados pelas dimensões do SINAES,

---

<sup>1</sup> Em dezembro de 2004 a equipe ligada à esta atividade incorpora-se definitivamente ao Serviço de Acompanhamento de Processos. Neste mesmo ano cria-se o SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC), em uma proposta mais efetiva dos processos avaliativos.

<sup>2</sup> Credenciado, pelo Despacho Ministerial de 8 de outubro de 2004, por transformação da Faculdade de Administração, Faculdade de Ciências da Saúde e da Faculdade de Nutrição e Fonoaudiologia, mantidas pelo Instituto Porto Alegre da Igreja Metodista.

em 2005 a autoavaliação foi realizada ampliando o foco sistêmico e levando-se em consideração os diferentes meios e métodos para identificação da situação e melhoria da instituição.

O grande diferencial foi a participação colegiada nos processos de análise dos dados de avaliação, podendo-se assim, refletir tanto os aspectos de importância geral quanto os específicos dos colegiados envolvidos.

Com sua disseminação presente em todas as instâncias, a avaliação institucional passa a fazer parte das atribuições das coordenações de curso e dos colegiados, Núcleos Docentes Estruturantes (NDE), definidos no Regimento Geral da Instituição. Sempre com o apoio e orientação da Secretaria Executiva de Avaliação Institucional sob a supervisão e coordenação da Comissão Própria de Avaliação.

Após as especificações do atendimento e/ou não dos requisitos, das finalidades e dos objetivos da autoavaliação, bem como da metodologia empregada e dos envolvidos e seus respectivos papéis, no Relatório de Autoavaliação 2004-2005, as várias ações de melhorias são apresentadas, para cada uma das dez dimensões do SINAES, como forma de avaliação contínua e permanente por toda a Instituição. Destacando as potencialidades e as ações corretivas e de melhoria reforça a necessidade de maior envolvimento dos parceiros, comunidade externa e egressos rumo à Universidade.

Em 2006 a CPA redimensiona o Programa de Avaliação Institucional adequando os processos avaliativos e os instrumentos de coleta de dados a nova realidade institucional, ao PDI e PPI. Além disso, passa a integrar o Grupo de Trabalho que coordena as discussões e sistematizações do Planejamento Estratégico, contribuindo com a relação avaliação-planejamento, uma vez que esse planejamento tem como eixos balizadores as 10 dimensões de avaliação propostas pelo SINAES.

O ano de 2007 inaugura um novo espaço proposto pela CPA, com vistas à consolidação do princípio emancipatório da avaliação institucional: O Fórum de Avaliação Institucional, composto pela Avaliação Acadêmica, Avaliação da Gestão e Avaliação Comunitária. A proposta tem como paradigma a avaliação emancipatória e participativa e busca privilegiar a ampla participação da comunidade acadêmica, analisando e produzindo dados com sentido institucional e encaminhando o planejamento de ações de consolidação e superação dos processos da IES na busca

da qualidade da educação superior. Ao mesmo tempo em que se cria novos espaços de participação, pretende-se sensibilizar a comunidade acadêmica para uma maior adesão aos processos avaliativos. O Fórum e os novos instrumentos de avaliação, que se somam aos anteriores, foram construídos de forma participativa com os atores institucionais.

No ano de 2008, a Secretaria Executiva de Avaliação Institucional passa a ser denominada Coordenadoria de Avaliação Institucional, apoiando a CPA nos processos avaliativos do Centro Universitário Metodista - IPA.

No decorrer de 2009, e no ano de 2010/1, seguiram sendo implementados os instrumentos de avaliação vigentes dos períodos supramencionados.

Em 2010/2 foram estabelecidos novos indicadores de avaliação, utilizando-se de um instrumento *online* e distribuindo suas questões de múltipla escolha e descritivas em três dimensões, apresentadas da seguinte forma: 1) *Avaliação das Instalações Físicas e Serviços*: serviços de apoio oferecidos pelos setores de Atendimento, Biblioteca, Acessibilidade, Salas de Aula, Apoio Didático, Tecnologia e Multimeios, Laboratórios Específicos/Núcleos, Laboratórios de Informática, Portal Institucional/Página do Curso e Página do Aluno; 2) *Corpo Docente e Coordenação do Curso*, autoavaliação e avaliação do corpo docente quanto a atuação dos professores e coordenação do curso; e 3) *Avaliação do Currículo do Curso*.

Dessa forma, este instrumento de avaliação ficou distribuído em três dimensões, base esta que também orienta a avaliação dos cursos de graduação pelo MEC/INEP. Vale destacar que esta nova configuração vem a atender a uma demanda apresentada nas avaliações anteriores, por estudantes e professores, em que o instrumento utilizado pudesse ser respondido de forma mais objetiva, ou seja, substituindo a configuração de avaliação de cada disciplina cursada pelo estudante ou a cada disciplina ministrada pelo professor, por uma avaliação geral do Curso em que está alocado. Esta reformulação foi amplamente discutida pela CPA no primeiro semestre do ano de 2010, pelos Coordenadores de curso e pelas Coordenadorias de Avaliação Institucional e de Graduação do Centro Universitário Metodista, o que possibilitou o envolvimento de diferentes membros da IES neste processo. Ainda, o instrumento utilizado anteriormente a esta reformulação comportava 136 questões a serem respondidas. Com esta nova configuração, o instrumento possui 63 questões,

dentre questões de múltipla escolha e descritivas, apresentando mais objetividade na coleta de dados, tendo sido efetivamente implementado a partir de **2010/2**.

Um dado que demonstra que o novo instrumento veio a atender à demanda apresentada pela comunidade acadêmica referiu-se ao número de participações efetivas na avaliação, conforme apresentado no quadro a seguir:

**Quadro 1 - Participação na Avaliação 2010/1 e 2010/2**

Ano/Semestre	Categoria	Universo	Respondente
2010/1	Professores	342	137
	Alunos	6972	959
2010/2	Professores	342	287
	Alunos	6578	1466

Fonte: Coordenadoria de Avaliação Institucional, Gestão de Pessoas e Secretaria Acadêmica.

Em **2011/1** foi aplicado novamente o instrumento de avaliação aplicado em 2010/2.

Em **2011/2** a CPA realizou a autoavaliação dos Técnico-Administrativos do Centro Universitário Metodista. Os membros representantes do corpo técnico-administrativo elaboraram um instrumento de avaliação e o levaram para aprovação em reunião da CPA. Após a aplicação desse instrumento, foi gerado um relatório e a CPA o tornou público aos gestores da Instituição, para fins de conhecimento e encaminhamentos devidos.

Com relação à autoavaliação realizada por alunos e docentes sobre a Instituição e seus respectivos cursos, a CPA em 2011/2, propôs que houvesse uma mobilização institucional em divulgar amplamente as ações que foram realizadas, frente aos relatórios gerados nas autoavaliações anteriores, principalmente de 2011/1, possibilitando, assim, que fosse dada a importância da participação da comunidade acadêmica nesses processos, bem como fortalecer a cultura da avaliação. Essa proposta foi discutida com os gestores da instituição e coordenadores de curso, o que também possibilitou a divulgação das ações da CPA. Dessa forma, no período de 16/11/2011 a 16/12/2011 a CPA distribuiu banners e cartazes nos espaços institucionais. Também, a CPA publicou uma reportagem no portal institucional em

que os membros que a compõem divulgam e tornam públicas suas ações, caracterizando sua função dentro da IES.

Em **2012/1**, foi aplicado o referido instrumento modificado em 2010/2, apresentado com algumas modificações em questões específicas, decorrentes da análise dos relatórios gerados nas avaliações anteriores (2010/2 e 2011/1), o que também demonstrou flexibilidade no processo.

No entanto, por solicitações da Coordenadoria de Graduação e das Coordenações de curso, foi manifestada a necessidade de realização de uma avaliação pontual com relação à prática docente. Nessa perspectiva, no segundo semestre de 2012, o IPA aplicou a denominada Avaliação Docente, utilizando um novo sistema de avaliação intitulado PRAXIS. Tão logo o sistema foi liberado, a CPA agilizou a elaboração de um instrumento que contemplasse as necessidades do IPA, ficando estruturado em dois indicadores de avaliação: Indicador de Avaliação ENSINO, contendo 4 questões de cunho geral; e o Indicador de Avaliação PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, contendo 12 questões, sendo que as questões relacionadas a estágio e TCC foram respondidas somente pelos/as aluno/as e docentes que estavam envolvidos neste processo em 2012/2. Com este instrumento, os alunos avaliaram a prática docente dos professores que estavam vinculados no semestre, e os docentes responderam as mesmas questões dos alunos/as, porém se autoavaliaram em suas disciplinas ministradas.

Da mesma forma a instituição teve que reorientar o acesso da referida avaliação aos participantes, alunos/as e professores/as, o qual disponibilizou um vídeo tutorial de acesso aos participantes.

### 3 COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL (CPA)

#### 3.1 COMPOSIÇÃO DA CPA

A Comissão Própria de Avaliação do IPA foi criada a partir da Portaria IPA nº 08/2004 em 31 de maio de 2004 e teve seu regulamento aprovado em reunião do CONSUNI no dia 22 de abril de 2008. Desde então, a Comissão segue o regulamento no que diz respeito aos anos de mandato de cada representação. Atualmente, a CPA está composta da seguinte forma:

**Quadro 2 - Composição da CPA**

PRESIDENTE:	Patrícia Outeiral de Oliveira
REPRESENTANTES DO CORPO DISCENTE:	Gabriela Sotoriva Flores – Curso de Psicologia
	Leonardo Fontoura – Curso de Fisioterapia
	Ygor da Silva Fajardo – Curso de Educação Física
REPRESENTANTES DO CORPO DOCENTE:	Cristiano Cunha Pereira – Curso de Design de Interiores
	Felipe Lazzari da Silveira – Curso de Direito
	Maurício Schüler Nin – Curso de Farmácia
REPRESENTANTE DA SOCIEDADE CIVIL:	Henrique Oliveira Strehl – Representante da Associação Agroecológica
REPRESENTANTES DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO:	Francielly Salazar Cotta da Silva – Secretária Acadêmica
	Claiton Prinzo Borges – CAC
	Israel Mendes – Estágios
REPRESENTANTE DA COORDENADORIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL:	Ana Paula Hössel Garcia
REPRESENTANTE DA PASTORAL UNIVERSITÁRIA	Rev. Roberval Lopes de Trindade

Fonte: Elaborado pelo autor.

#### 3.2 FUNÇÕES DA CPA

Segundo o estatuído no artigo 10 do Regulamento as funções da CPA são:

- I. implementar e coordenar os processos internos de avaliação da Instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP;
- II. definir as políticas de avaliação institucional do Centro Universitário Metodista - IPA, conforme previsto na legislação vigente;
- III. aprovar o Cronograma de Avaliação Institucional proposto pela Coordenadoria de Avaliação Institucional;

- IV. promover processos de participação da comunidade acadêmica no âmbito da avaliação interna da Instituição, nas atividades do Fórum Permanente de Avaliação;
- V. apurar os resultados de avaliação da Instituição e elaborar os relatórios para análise do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP);
- VI. acompanhar e encaminhar os resultados obtidos e analisados em relatórios dos resultados dos processos de avaliação, tais como: autoavaliação, Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE), Conceito Preliminar de Curso (CPC), CENSO da Educação Superior e Avaliações de Cursos e da Instituição, realizadas pelo INEP;
- VII. delegar competências de execução de tarefas, principalmente à Coordenadoria de Avaliação Institucional, órgão executivo de Avaliação Institucional da Instituição;
- VIII. apoiar os processos de avaliação externa.

### 3.3 FUNÇÕES DO PRESIDENTE DA CPA

As funções do/a Presidente da CPA conforme artigo 11 do Regulamento são:

- I. coordenar as atividades da CPA;
- II. convocar os membros da CPA, definir a pauta e presidir as reuniões, tanto da Comissão, como do Fórum Permanente de Avaliação;
- III. representar a CPA onde se fizer necessário;
- IV. designar subcomissões e grupos de trabalho, fixando-lhes atribuições, respeitadas as deliberações da CPA;
- V. informar ao CONSUN e à Reitoria sobre os resultados dos processos de Avaliação Institucional.

### 3.4 FUNCIONAMENTO DA CPA

A CPA no IPA sempre teve uma atuação importante, com total autonomia e efetiva participação de seus membros. As reuniões ocorrem mensalmente em dia e horário previamente agendados pelo(a) Presidente da CPA.

Para análise, deliberações e construção dos instrumentos, o grupo se divide em GT a fim de agilizar as demandas, para logo a seguir em reunião conjunta de seus membros deliberar acerca das propostas provenientes dos grupos de trabalho.

Importante salientar que a CPA conta com o apoio da Coordenadoria de Avaliação para execução do processo de avaliação.

## 4 CONCEPÇÃO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Teríamos um quadro bastante diferente se, em vez de contradição, a universidade visse na avaliação a salvaguarda da sua autonomia. (SANTOS, 2003, p. 220).

O Programa de Avaliação Institucional do IPA, foi construído a partir da trajetória histórica de mais de uma década de implantação do processo de autoavaliação na busca de uma melhor compreensão dos processos de gestão acadêmica e administrativa na Instituição.

A concepção de avaliação institucional adotada pelo Centro Universitário Metodista - IPA, afirma-se como uma proposta comprometida com a transformação acadêmica em uma perspectiva formativa e emancipatória, coadunando-se com os princípios apresentados pelo SINAES, quais sejam globalidade e integração, processo pedagógico e formativo, ênfase qualitativa, flexibilidade, credibilidade e legitimidade, institucionalidade e continuidade (DIAS SOBRINHO, 2003), dando ênfase ao princípio da colegialidade ou gestão horizontal como garantia de um processo de avaliação participativa.

### 4.1 PRINCÍPIOS

Figura 1 - Organograma: Princípios



Fonte: Coordenadoria de Avaliação Institucional.

O princípio da **globalidade e integração** toma a Instituição na sua totalidade, buscando as relações e possibilitando a compreensão integrada do conjunto das ações institucionais. Dessa forma, o princípio da globalidade e integração contribui para a promoção de mecanismos de construção e de consolidação da integração necessária às atividades fins da universidade.

O **processo pedagógico e formativo** entendido como princípio da avaliação institucional potencializa a dimensão educativa necessária ao ato avaliativo e reflexivo. Caracteriza a avaliação institucional como processo dinâmico e possibilitador de desenvolvimento das relações sociais. A dimensão formativa e pedagógica do processo de avaliação contribui para a construção da consciência coletiva sobre o processo institucional e sobre as necessárias tomadas de decisão para melhoria institucional.

Produzindo, organizando, sistematizando os conhecimentos, reflexões, juízo de valor internos e externos, a avaliação intervém qualitativamente no desenvolvimento dos processos e nas estruturas comunicativas da universidade. Atua, assim, como dispositivo educativo das pessoas que nela se envolvem. (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 45).

A **ênfase qualitativa** não vem negar o quantitativo, mas parte dos bancos de dados, das estatísticas e estudos quantitativos, tomados como sua base sólida, para a reflexão e a produção de sentidos através de processos e procedimentos qualitativos nos espaços institucionais colegiados.

O princípio da **flexibilidade** orienta a necessária agilidade e adaptabilidade ao processo de avaliação institucional que está inserido numa realidade em permanente mudança, plural e contraditória. A flexibilidade não implica em permissividade ou desorganização, mas contribui para as necessárias adaptações construídas coletivamente atendendo às necessidades oriundas da própria implantação do Projeto Acadêmico Institucional.

A **credibilidade e legitimidade** orientam o processo de avaliação institucional a partir de um sentido ético-político, integrando os aspectos pedagógicos e técnicos. A avaliação institucional se investe de credibilidade e legitimidade técnica e política a partir da coletividade dos atores institucionais envolvidos.

O princípio da **institucionalidade** se consolida a partir do desenvolvimento da cultura institucional de avaliação, compreendida em como processo interno e próprio,

identificado com os princípios institucionais que orientam todas as ações da IES em diálogo permanente com os critérios e processos instaurados externamente.

O princípio da **continuidade** aponta para a constituição de um processo avaliativo permanente, promotor de conhecimentos, informações e juízos qualificados sobre o funcionamento da IES e seus resultados e impacto social a partir das ações de gestão, ensino, pesquisa e extensão em relação com as aspirações da comunidade e do que está previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto Pedagógico Institucional (PPI). Constitui-se, portanto, em fonte contínua de produção de sentidos e de questionamento sobre as finalidades da Instituição.

O princípio da **colegialidade** entendido como gestão horizontal ou co- gestão, orienta o processo de avaliação institucional como espaço de participação onde a reflexão, os conflitos e as contradições da implementação do processo acadêmico e de gestão da IES, torna-se condição fundamental de reorientação de ações, de tomada de decisão, de crescimento individual e coletivo e de consolidação da cultura institucional de avaliação. Para Leite (2005, p. 75) “as características centrais de uma democracia participativa seriam: a formação de uma comunidade política, a autolegislação, e a participação constante.”

Dessa forma, o Programa de Avaliação Institucional do IPA, busca a consolidação de uma cultura avaliativa que, sem negar a avaliação regulatória, busca na reflexão colegiada e na meta-avaliação a possibilidade de transformação e consolidação da qualidade acadêmica com pertinência social. Para Dias Sobrinho (2003), esse processo avaliativo se dá a partir de uma concepção de instituição social onde “a avaliação instaura a reflexão e o questionamento, ou seja, a produção de sentidos [...]”.

Na perspectiva dos SINAES há a articulação da avaliação educativa, de natureza formativa, com a regulação e suas funções de supervisão, autorização, reconhecimentos, credenciamentos, etc. (BERTOLIN, 2004). Nessas condições procura-se a articulação da avaliação interna à avaliação externa, da comunidade acadêmica com membros da sociedade, das instâncias institucionais com as nacionais e internacionais.

O SINAES apoia-se em três grandes pilares: a Avaliação Institucional composta pela autoavaliação e avaliação externa; a Avaliação dos cursos de Graduação e a

Avaliação do Desempenho dos Estudantes da Educação Superior (ENADE), para subsidiar tanto a gestão interna das IES como a formulação de políticas públicas, reconhecendo e valorizando a diversidade da educação superior.

Para Dias Sobrinho (2003), a avaliação tanto pode ter enfoque de controle, modelação, ajustamento e fiscalização, constituindo instrumento privilegiado de regulação quanto estar voltada para uma “prática social de avaliação na perspectiva da emancipação dos indivíduos, das instituições de educação superior e da sociedade.” (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 35).

Para quem concebe a instituição educativa como instrumento de democracia, a formação busca a cidadania plena, em suas dimensões públicas e privadas. Em consonância com essa concepção de educação como bem público:

A avaliação estará voltada à melhoria da formação da consciência crítica, do fortalecimento dos sujeitos históricos e da identidade nacional, da produção de conhecimentos que interessam à população em geral, enfim, da promoção dos significados públicos e sociais da educação. (DIAS SOBRINHO, 2005, p. 20).

Nesta perspectiva, para o autor, a avaliação servirá para consolidar o princípio da responsabilidade social da educação superior, tendo como postulado básico o questionamento, a problematização e a produção de sentidos, muito mais do que as quantificações e racionalizações explicativas.

O Centro Universitário Metodista - IPA, posiciona-se por uma lógica de avaliação que ultrapassa o ato mecânico de mensurar dados. Difere da quantificação e da competição.

A avaliação educativa não pode se confundir com a prestação de contas, com a mensuração e muito menos com o mero controle. Sua intencionalidade é radicalmente distinta da simples regulação. (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 39).

Compartilhamos a defesa de uma avaliação de caráter emancipatório nos níveis da avaliação interna e externa, levando à reavaliação e meta-avaliação, que constituem momento de retomada crítica de todo o processo desenvolvido, ligando o passado avaliado com o futuro projetado na busca de uma educação de qualidade.

Nessa perspectiva, o conceito de qualidade não pode ser pensado de forma indissociada da pertinência na educação superior, já que qualidade não é um atributo

abstrato relativo a propriedades de um objeto comparado a outros. “A qualidade é um juízo valorativo que se constrói socialmente e, em consequência, implica escolha de um sistema valorativo em um determinado espaço social.” (LEITE, 2000, p. 24). Definidos e aceitos coletivamente esses valores, não se pode definir e discutir qualidade sem considerar sua relação com a pertinência da educação superior e de ambas com os processos de avaliação institucional. De forma a não corroborar com a absolutização do conceito de qualidade, rompendo com a simples ligação do mesmo com um sistema valorativo, se faz necessário dimensionar a universidade como instituição social e sua pertinência em relação ao conjunto de sistemas educativos, sociocultural, político e com o Estado.

A vinculação entre qualidade e pertinência é um dos pressupostos fundamentais na abordagem do tema, cujo instrumento de aferição para ambas as dimensões deve ser a avaliação institucional baseada num tríplice objetivo: melhorar a qualidade da educação, melhorar a gestão universitária e prestar contas à sociedade. (LEITE, 2000, p. 24-25).

Considerando os aspectos teóricos e epistemológicos subjacentes à concepção de avaliação institucional identificada com os princípios institucionais do Centro Universitário Metodista, a presente Programa de Avaliação Institucional foi elaborado a partir de uma perspectiva formativa e emancipatória de avaliação, com a participação dos diversos segmentos da comunidade acadêmica – CPA, gestores/as, pesquisadores/as, funcionários/as, discentes, docentes, colegiados e instituições parceiras, contextualizado na proposta do SINAES e, portanto, privilegiando a autoavaliação, a avaliação externa e a meta-avaliação.

## 4.2 OBJETIVOS

O Centro Universitário Metodista, com base nos pressupostos teóricos expostos e na experiência obtida em avaliação institucional desde 1994, apresenta os seguintes objetivos do Programa de Avaliação Institucional:

### **Objetivo Geral:**

Consolidar a cultura de autoavaliação do Centro Universitário Metodista, em consonância com o SINAES, de forma a contribuir para a reflexão permanente das atividades indissociadas de gestão, ensino, pesquisa e extensão, bem como a

consequente tomada de decisão dos diversos processos desenvolvidos na IES na busca da melhoria da qualidade do ensino oferecido, e consolidação da missão institucional.

**Objetivos Específicos:**

- a) implementar os devidos meios para a continuidade do programa de Avaliação Institucional, o qual contribua para a globalidade da Instituição;
- b) contribuir para a consolidação da indissociabilidade das ações de gestão, ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pela Instituição;
- c) promover um espaço de interlocução colegiada que privilegie a reflexão sobre os processos e experiências entre os diversos atores da comunidade acadêmica;
- d) ampliar os espaços de discussão colegiada, qualificando a produção de sentidos e possibilitando o desenvolvimento dos atores e processos institucionais;
- e) disseminar a cultura de autoavaliação na Instituição para a constituição de um processo que venha a contribuir com tomadas de decisões na busca da melhoria dos processos acadêmicos e administrativas;
- f) vivenciar processos de aprendizagem em uma perspectiva de participação coletiva;
- g) ampliar os processos de publicização dos dados da autoavaliação;
- h) investir no processo de sensibilização com vistas à ampliação da participação dos processos de avaliação *online*;
- i) apropriar-se de metodologias e tecnologias disponíveis no âmbito institucional;
- j) promover a sensibilização e a compreensão do significado do desenvolvimento de avaliação participativa na Instituição;
- k) implementar a participação das Instituições Parceiras no processo de auto-avaliação da IES;
- l) utilizar os dados da avaliação externa, avaliação de cursos, CENSO e ENADE para a qualificação do processo de avaliação institucional e meta-avaliação.

### 4.3 ARTICULAÇÃO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL COM O PDI E OS PPC

O Plano de Desenvolvimento Institucional toma proporção fundamental na medida em que a IES vem construindo uma caminhada de consolidação das políticas de ensino, pesquisa e extensão de forma indissociada, buscando, também, as necessárias articulações com as políticas de gestão. Com o intuito de garantir o credenciamento como Universidade desta IES tais processos, dada sua complexidade e importância como função precípua da Educação Superior, precisam ser constantemente analisados, de forma a verificar os avanços, dificuldades e possibilidades de superação.

Desta forma, a avaliação orienta-se pelos seguintes indicadores:

- a) articulação do PDI com as políticas de **ensino**, consolidação e institucionalização das práticas e participação da comunidade acadêmica interna e comunidade externa;
- b) articulação do PDI com as políticas de **pesquisa**, consolidação e institucionalização das práticas e participação da comunidade acadêmica interna e comunidade externa;
- c) articulação do PDI com as políticas de **extensão**, consolidação e institucionalização das práticas e participação da comunidade acadêmica interna e comunidade externa;
- d) articulação do PDI com as políticas de indissociabilidade entre **ensino, pesquisa e extensão**, consolidação e institucionalização das práticas e participação da comunidade acadêmica interna e comunidade externa;
- e) articulação do PDI com as políticas de **gestão acadêmica** consolidação e institucionalização das práticas e participação da comunidade acadêmica interna e comunidade externa.

## 5 METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Seguindo as orientações da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), a Instituição constituiu a sua Comissão Própria de Avaliação que define as políticas, as ações de sensibilização e de organização dos diversos processos avaliativos externos e internos.

Conscientes da importância da implementação de um processo de autoavaliação para a construção e desenvolvimento da autonomia institucional propõe-se um processo avaliativo com metodologia orientada pelos princípios técnicos e ético-políticos necessários à avaliação institucional:

### 5.1 CONCEITOS

O Programa de Avaliação Institucional utiliza um sistema próprio de avaliação *online* (Práxis), visando uma maior agilidade e interação entre os diferentes atores institucionais, além da construção de um banco de dados que contribui para a memória institucional e avaliação de sua missão e ações.

A participação dos atores, através de preenchimento de instrumentos busca fornecer informações relacionadas à estrutura administrativa e física do(s) Programa(s), a prática de funcionamento, recursos destinados, corpo docente e práticas educacionais estabelecidas. Ainda, a participação tanto dos docentes como dos discentes pode ocorrer em espaços destinados ao desenvolvimento de processos avaliativos e momentos pontuais do programa e em fases de finalização de processos.

#### **Características do instrumento dos discentes:**

- a) espaço para que os discentes descrevam: I) sua experiência no Programa em desenvolvimento, II) o significado de sua participação, III) as expectativas alcançadas e frustradas, IV) os pontos positivos e aqueles a melhorar encontrados na sua experiência;
- b) uma questão aberta sobre a organização e os processos administrativos (atividades meio, de suporte, de recursos) do Programa;
- c) avaliação da aprendizagem e das experiências de aprendizagens. Espaço

para ouvi-los sobre uma avaliação dos “professores” buscando identificar o domínio dos conteúdos, compreender as atividades e o processo de aprendizagem desenvolvido, o desenvolvimento do processo de avaliação;

d) uma questão final aberta para críticas e sugestões.

Um segundo questionário é aplicado aos docentes do (s) programa (s) para fins de avaliar as questões referentes ao seu papel desempenhado no Programa, mas, também, para desenvolver uma espécie de confronto com as informações fornecidas pelos discentes na perspectiva de verificar elementos comuns que interferem tanto na prática docente como no desempenho dos discentes.

### **Características do instrumento dos docentes:**

Nesta perspectiva, o referido instrumento buscará atender os seguintes elementos:

- a) espaço para que os docentes descrevam: I) sua experiência no Programa em desenvolvimento II) o significado de sua participação, III) as expectativas alcançadas e frustradas, IV) os pontos positivos e aqueles a melhorar encontrados na sua experiência. Estas questões se justificam tendo em vista que a maioria dos docentes está participando pela primeira vez de um programa de mestrado numa IES,
- b) uma questão aberta sobre a organização e os processos administrativos (atividades meio, de suporte, de recursos) do (s) programa (s);
- c) espaço para ouvi-los sobre uma avaliação das suas funções buscando identificar o domínio dos conteúdos, a percepção do processo de aprendizagem desenvolvido e do desenvolvimento do processo de avaliação;
- d) realização de uma avaliação dos estudantes de aula e/ou de seus orientandos;
- e) uma questão final aberta para críticas e sugestões.

Um terceiro instrumento é desenvolvido para os funcionários técnico-administrativos que tem como foco o desenvolvimento de seu trabalho de suporte ao desenvolvimento do(s) programa(s), suas expectativas em relação ao desenvolvimento deste trabalho, mas, também, se debruça nas experiências

vivenciadas em relação ao relacionamento estabelecido com os discentes e docentes no que concerne às atividades desenvolvidas frente ao setor administrativo.

**Características do instrumento dos funcionários técnico-administrativos:**

Seguindo as orientações deste questionário, o instrumento atende aos seguintes elementos:

- a) espaço para que os funcionários técnico-administrativos descrevam: I) seu desempenho em relação ao desenvolvimento do Programa; II) as expectativas alcançadas e frustradas, III) os pontos positivos e aqueles a melhorar encontrados na relação estabelecida com os docentes e discentes;
- b) uma questão aberta sobre a organização e os processos administrativos (atividades meio, de suporte, de recursos) do (s) programa (s);
- c) uma questão final aberta para críticas e sugestões.

Um quarto e último instrumento é composto, na perspectiva de analisar o processo de ensino-aprendizagem que vem sendo desenvolvido em sala de aula.

**Características do instrumento de avaliação das disciplinas:**

Este instrumento busca verificar elementos que compõem o processo de ensino e de aprendizagem desenvolvido no programa em questão que deverá contemplar os seguintes elementos:

- a) espaço para que os discentes descrevam sobre: I) as atividades desenvolvidas na disciplina; II) o nível de conhecimento apresentado pelo docente; III) a postura dos docentes desempenhada durante a disciplina;
- b) uma questão final aberta para críticas e sugestões.

**5.2 DIMENSÕES OBSERVADAS**

**Políticas institucionais no âmbito do curso de ensino, pesquisa, extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos operacionais próprios**

Na perspectiva da consolidação do IPA, bem como do processo de construção da proposta da Universidade Metodista do Sul, a dimensão de Política de ensino,

pesquisa e extensão pensados indissociavelmente, reveste-se de um significado primordial nos processos cotidianos da IES. Se por um lado a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão está expressa no documento institucional (PDI) de outro, ela pode ser percebida nas ações cunhadas no cotidiano acadêmico, no envolvimento dos docentes e discentes e pelo resultado que produzem.

Desta forma, propõe-se à análise do Projeto Político Pedagógico da IES através dos seguintes indicadores:

a) Projeto Pedagógico Institucional (PPI): graduação (presencial e a distância);  
 - políticas institucionais para a graduação e suas formas de operacionalização na modalidade presencial e a distância e sua coerência com as políticas institucionais definidas no PDI, PPI e PE, bem como o nível de participação e conhecimento dessas políticas e processos pela comunidade externa e interna,  
 - articulação em entre o PDI e os PPC materializadas em práticas consolidadas e institucionalizadas através de ações e indicativos claros constantes no projeto, bem como a participação da comunidade externa e interna.

b) Projeto Pedagógico Institucional (PPI): Ensino de especialização e educação continuada;

- políticas institucionais para a Pós-Graduação *lato sensu* e formas de participação coerente com as políticas institucionais definidas no PDI, PPI e PE e suas diretrizes de ação com respectiva implantação na modalidade presencial ou a distância; conhecimento da comunidade interna e externa,  
 - completa vinculação da especialização com a formação e com as demandas regiões com indicativos claros de ação direcionada com respectiva implantação assumida pelos atores internos e externos, com práticas de articulação institucionalizadas.

c) Projeto Pedagógico Institucional (PPI): programas de pós-graduação *stricto sensu*;

- as práticas implementadas na pós-graduação *stricto sensu* são coerentes com as políticas institucionais constantes no PDI, PPI e PE, resultando em diretrizes de ação indissociadas do ensino e da extensão, sendo acessível à comunidade interna e externa; total implantação das políticas de pós-graduação *stricto sensu* previstas,

- implantação e funcionamento dos 3 programas de pós-graduação *stricto sensu* – em nível de Mestrado, com avaliação positiva da CPES/MEC,
- atuação e recursos do órgão coordenador das atividades e políticas de pós-graduação *stricto sensu* no que se refere à coordenação dos processos e garantia de infraestrutura física e logística para o desenvolvimento dos programas e condições de sustentação das suas atividades - bolsas, laboratórios, materiais permanente e de consumo, a partir de regulamentações.

d) Projeto Pedagógico Institucional (PPI): Pesquisa;

Políticas institucionais de práticas de investigação, iniciação científica, de Pesquisa e formas de sua operacionalização e sua coerência a previsão no PDI, PPI e PE, bem como sua relação com o compromisso social, orientadas por diretrizes claras de ação acessível ao conhecimento da comunidade interna e externa e suas formas de operacionalização, com:

- definição das linhas de pesquisa, de acordo com as exigências legais,
- grupos de pesquisa cadastrados no CNPq e sua produção,
- mecanismos implementados de estímulo à produção científica e tecnológica no âmbito da IES, possibilitando sua difusão junto à comunidade científica local, nacional e internacional,
- mecanismos implementados para promoção de intercâmbio científico/tecnológico de docentes e discentes da IES com outras instituições de ensino e de pesquisa reconhecidas nacionalmente e/ou internacionalmente,
- mecanismos de difusão da produção científica/tecnológica da IES, por meio de sua publicação e/ou exposição em congressos, conferências e eventos similares reconhecidos pela comunidade acadêmico-científica,
- participação dos professores nas Associações Científicas, Culturais e Artísticas,
- articulação sistemática com o Ensino e Extensão.

e) participação dos corpos docente e discente – envolvimento e recursos;

- participação regular dos docentes e discentes, membros das equipes responsáveis pelo desenvolvimento dos projetos de prática de investigação, de iniciação científica e de pesquisa, nas atividades previstas nos respectivos projetos a partir de uma diretriz clara e definida para a ação, com práticas

institucionalizadas e difundidas, acessível ao conhecimento da comunidade interna e externa,

- presença de indicativos claros de organização e gestão com visão de futuro e explicitação das formas de envolvimento e participação do corpo docente nos diversos Programas e Projetos de pesquisa e iniciação científica por meio de:

- atribuição de carga horária pela IES,
- apresentação de produção científica,
- apresentação de resultados em eventos científicos,
- captação de recursos para viabilizar a execução dos Projetos,
- apresentação de Projetos de acordo com o calendário das agências de fomento e da IES.

- clareza na explicitação das formas de envolvimento e participação do corpo discente nos diversos Programas e Projetos de pesquisa e iniciação científica:

- políticas de bolsas destinadas por órgãos de fomento ou pela IES,
- participação voluntária de alunos com estímulos institucionais,
- participação em Programas oficiais Projeto PET - Interprofissionalidade IPA, quando for o caso,
- apresentação de resultados em eventos da comunidade científica.

- explicitação das fontes do fomento destinado à pesquisa e à iniciação científica e a descrição das formas de obtê-lo:

- agências de fomento de natureza pública ou privada, por meio de apresentação dos projetos, conforme calendários próprios,
- recursos da entidade mantenedora, por meio de rubrica específica,
- outras fontes de fomento oriundas de entidades de natureza diversa,
- projetos submetidos às agências de fomento.

f) Projeto Pedagógico Institucional (PPI): Extensão;

- políticas Institucionais de Extensão e formas de sua operacionalização coerentes com as políticas constantes o PDI, PPI e PE, com diretriz clara de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna e externa; todas as políticas para a extensão estão implantadas, o que pode ser constatado por meio de:

- quando existem na IES políticas implementadas que explicitem claramente sua concepção de extensão, coerentes com as políticas constantes nos documentos oficiais da IES, o que pode ser constatado por meio de:
  - mecanismos implementados de estímulo à realização de programas, projetos, cursos, prestação de serviços, eventos produção e publicação organizados, prioritariamente, nas áreas temáticas da Comunicação, da Cultura, da Educação, da Saúde, dos Direitos Humanos, do Meio Ambiente e da Tecnologia e Trabalho,
  - mecanismos que permitam verificar se as ações de extensão nas diferentes áreas temáticas estão alcançando o impacto proporcional ao apoio da instituição; integração das atividades de extensão com as do ensino e da pesquisa,
  - formas de divulgação das ações de extensão para que delas participem a comunidade acadêmica da IES e a comunidade onde está inserida,
  - vinculação das atividades de extensão com a formação e sua relevância com o entorno, apontando indicativos claros e ação direcionada, assumida pelos atores internos e visível para a comunidade externa; todas as práticas de articulação estão institucionalizadas, o que pode ser constatado por meio de:
    - participação dos alunos de graduação e dos docentes, incluindo os pesquisadores, nas atividades de extensão,
    - vinculação dos cursos de graduação e de pós-graduação, bem como da pesquisa, com o setor da produção para estabelecer a troca e a disseminação dos conhecimentos,
    - mecanismos mediante os quais estudantes e docentes prestam serviços com o objetivo de simular vivências profissionais e transmitir conhecimentos aos setores a comunidade,
    - aproveitamento da infraestrutura de laboratórios e de pessoal (docentes, discentes e técnicos) que possibilite a sua utilização em serviços a terceiros,
    - desenvolvimento de pesquisas visando aportar conhecimentos científicos e tecnológicos a problemas (sociais, de saúde, de natureza tecnológica, entre outros) levantados nas atividades de extensão.

## **A Responsabilidade Social da Instituição: esfera de inclusão social e direitos humanos**

Considerando o compromisso social, o Centro Universitário Metodista, com a inclusão social, o desenvolvimento regional e a preocupação com o meio ambiente e a cultura como marcas importantes, a IES desenvolve ações voltadas para a promoção da saúde, cidadania e direitos humanos com ênfase na superação dos preconceitos étnicos, raciais, religiosos e de gênero, junto à comunidade acadêmica, bem como uma consolidação política afirmativa de acesso e permanência no ensino superior.

Para consolidação das políticas de inclusão com base no compromisso social da IES, nos processos de ensino, pesquisa e extensão, a autoavaliação torna-se condição fundamental para reflexão sobre as ações e possíveis alternativas de superação das dificuldades encontradas. Desta forma, propõe-se o levantamento de dados e informações quantitativos e qualitativos para subsidiar possíveis análises e alimentar a construção de indicadores:

a) nas políticas institucionais;

- compromisso da IES com os programas de inclusão social, ação afirmativa e inclusão digital,
- relações da IES com o setor público, o setor produtivo e o mercado de trabalho.

b) nas atividades de ensino, pesquisa e extensão;

- responsabilidade Social no Ensino,
- responsabilidade Social na Pesquisa,
- responsabilidade Social na Extensão,
- articulação do ensino, pesquisa e extensão com as Cátedras de Gênero e Direitos Humanos.

## **A Comunicação com a sociedade**

A dimensão em questão permite verificar se as práticas institucionais estão respondendo às demandas sociais, identificando o posicionamento e a identidade da IES no cenário vigente. A comunicação também contribui para o fortalecimento do compromisso institucional histórico com a comunidade acadêmica, sua equipe de

colaboradores e docentes, abrindo espaço para a participação efetiva destes atores como agentes de transformação do ambiente universitário.

Para o desenvolvimento desta dimensão, propõe-se o levantamento de dados e informações para subsidiar possíveis análises e alimentar a construção de indicadores.

a) comunicação interna;

- informações referente à atualização das informações na Intranet da IES,
- instrumentos de comunicação interna,
- informações referente à atualização dos murais nos campi da IES,
- nº de notícias/publicidade veiculada na mídia envolvendo a IES,
- ouvidoria,
- informações referente as enquetes realizadas através da *Intranet*.

b) comunicação externa;

- canais de comunicação e sistemas de informações,
- informações referente à atualização das informações no portal da IES na *internet*,
- imagem pública da IES,
- ouvidoria,
- informações referentes as enquetes realizadas através da *Internet*,
- informações das demandas recebidas e encaminhamentos feitos pela Ouvidoria.

### **Políticas institucionais de pessoal e de carreiras**

O olhar da instituição para o desenvolvimento das políticas de pessoal a partir do processo de autoavaliação, permite identificar as reais e necessárias condições para a formação qualificada do egresso. Desta forma, é possível impulsionar tanto o docente quanto o corpo técnico-administrativo para uma qualificação profissional adequada, bem como para a definição de políticas internas de formação continuada.

Neste sentido, sugere-se algumas ações para serem desenvolvidas que viriam a contribuir para este contexto:

a) perfil docente;

- titulação: nº de docentes especialistas, mestres e doutores,

- publicações e produções.
- b) condições institucionais para os docentes;
  - regime de trabalho: nº de docentes com regime de trabalho em tempo integral, tempo parcial e horistas (total da IES e por Curso),
  - plano de carreira docente,
  - políticas de capacitação e de acompanhamento do trabalho docente e formas de sua operacionalização,
  - políticas afirmativas de inclusão para docentes.
- c) corpo técnico-administrativo e as condições institucionais;
  - perfil técnico-administrativo (formação e experiência – total da IES e por setor),
  - plano de carreira e capacitação do corpo técnico-administrativo,
  - programas de promoção à saúde do trabalhador,
  - políticas afirmativas de inclusão para técnico-administrativo.

### **Organização e Gestão da Instituição**

Esta dimensão está relacionada ao funcionamento e ao gerenciamento da instituição, especialmente no que se refere a questão da representatividade dos colegiados, sua dependência e autonomia na relação com a mantenedora, bem como a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.

Para o desenvolvimento desta dimensão, propõe-se o levantamento de dados e informações quantitativos e qualitativos para subsidiar possíveis análises e alimentar a construção de indicadores.

- a) Administração Institucional;
  - gestão institucional,
  - sistemas e recursos de informação, comunicação e recuperação de normas acadêmicas.
- b) Estrutura de Órgãos Colegiados;
  - funcionamento, representação e autonomia do Conselho Superior,
  - funcionamento, representação e autonomia da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão ou equivalente,
  - funcionamento, representação e autonomia do Conselho Consultivo.

## Infraestrutura física

A infraestrutura física, de biblioteca, dos recursos tecnológico, bem como dos recursos de informação e comunicação constitui importante condição para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão e gestão. Desta forma, a autoavaliação com foco na infraestrutura proporciona a reflexão da comunidade acadêmica sobre a adequação das mesmas às necessidades evidenciadas e em relação ao plano de implantação previsto nos PPC e, especialmente no PDI, com vistas a tomadas de decisão. Para tanto, se faz necessário o levantamento de dados quantitativos e qualitativos em relação à:

a) instalações gerais: espaço físico;

- instalações gerais,
- instalações acadêmico-administrativas (direção, coordenação, docentes, secretaria, tesouraria, etc.),
- condições de acesso para portadores de necessidades especiais,
- cumprimento do plano de expansão previsto no PDI.

b) instalações gerais: equipamentos;

- acesso a equipamentos de informática, recursos audiovisuais, multimídia, *internet e intranet*,
- plano de expansão e atualização dos *software* e equipamentos;
- cumprimento do plano de expansão previsto no PDI.

c) instalações gerais: serviços;

- manutenção e conservação das instalações físicas,
- manutenção e conservação dos equipamentos,
- apoio logístico para as atividades acadêmicas,
- cumprimento do plano de expansão previsto no PDI.

d) biblioteca: espaço físico e acervo;

- instalações para o acervo, estudos individuais e em grupo,
- informatização,
- políticas institucionais de aquisição, expansão e atualização do acervo e formas de sua operacionalização,
- cumprimento do plano de expansão previsto no PDI.

e) biblioteca: serviços;

- serviços (condições, abrangência e qualidade),
  - recursos humanos.
- f) laboratórios e instalações específicas: espaço físico, equipamentos e serviços;
- políticas de conservação e/ou expansão do espaço físico, normas de segurança e formas de sua operacionalização,
  - políticas de aquisição, atualização e manutenção dos equipamentos e formas de sua operacionalização,
  - políticas de contratação e de qualificação do pessoal técnico e formas de sua operacionalização.

### **Planejamento e avaliação: eficácia da autoavaliação institucional**

O planejamento e a avaliação orientam as ações e redefinição de tomada de decisões no âmbito da gestão, do ensino, da pesquisa e da extensão. Através de indicadores oriundos do projeto acadêmico da IES é possível identificar o cumprimento da Missão Institucional prevista no PDI. Considerando os princípios que orientam as ações do Centro Universitário Metodista, tanto os processos de planejamento quanto a avaliação devem privilegiar espaços colegiados de construção e reflexão como forma de consolidação da coparticipação e do desenvolvimento da autonomia cidadã. Para tanto, propõe-se a análise qualitativa e quantitativas dos seguintes indicadores:

- a) autoavaliação;
  - participação da comunidade acadêmica, divulgação e análise dos resultados,
  - ações acadêmico-administrativas em função dos resultados da autoavaliação.
- b) avaliações externas;
  - ações acadêmico-administrativas em função dos resultados das avaliações do MEC,
  - articulação entre os resultados das avaliações externas.

### **Políticas de Atendimento a estudantes e egressos**

As políticas de atendimento ao estudante e egressos se materializam a partir de ações pontuais de acesso e permanência, bem como de atendimento às

necessidades de capacitação continuada dos egressos. Para autoavaliação das políticas de atendimento a estudantes e egressos propõe-se a utilização de dois instrumentos: avaliação do programa de acompanhamento ao desenvolvimento acadêmico do discente (envolvendo a análise do Programas de apoio ao discente e a Realização de eventos científicos, culturais, técnicos e Artísticos) e as Condições Institucionais para os discentes (considerando a facilidade de acesso aos dados e registros acadêmicos, o apoio à participação em eventos, divulgação de trabalhos e produção discente, as bolsas acadêmicas e o apoio e incentivo à organização dos estudantes). O segundo instrumento refere-se ao acompanhamento discente e está definido no Subprograma de Avaliação e acompanhamento do Egresso, devendo estar acompanhado dos dados referentes aos Programas de educação continuada voltados para o egresso.

### **Sustentabilidade financeira: oferta da educação superior**

Esta dimensão avalia a sustentabilidade financeira da Instituição, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior e, nesse sentido, alicerça-se no Plano de Expansão previsto no PDI e no PE.

Um olhar sobre a missão, dos princípios e da visão da IES, pode vir a colaborar nas análises referentes a esta questão. Importante evidenciar, que a IES em questão é confessional e segue princípios que permitem privilegiar políticas afirmativas internas de inclusão social, participação junto à comunidade social e economicamente desprivilegiada, oferecendo espaços de acesso a cidadania. Associada às políticas afirmativas de acesso e permanência, a IES contextualizada na expansão do ensino superior no país, visa sua transformação em universidade o que requer um rigoroso processo de planejamento em relação a sua própria expansão e auto sustentabilidade. Para tanto deve-se realizar a autoavaliação em relação aos seguintes indicadores:

- a) captação e alocação de recursos;
  - compatibilidade entre a proposta de desenvolvimento da IES e o orçamento previsto,
  - alocação de recursos para manutenção das instalações e atualização de equipamentos e materiais,

- alocação de recursos para a capacitação de pessoal docente e técnico-administrativo.
- b) aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão;
  - compatibilidade entre o ensino e as verbas e os recursos disponíveis,
  - compatibilidade entre a pesquisa e as verbas e recursos disponíveis,
  - compatibilidade entre a extensão e as verbas e recursos disponíveis.

### 5.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS E INDICADORES

#### 5.3.1 Graduação

##### 5.3.1.1 Avaliação docente

A Avaliação Docente, integrante do Programa de Avaliação Institucional do Centro Universitário Metodista - IPA que objetiva coletar dados que contribuam para a autoavaliação institucional no que se refere ao processo de construção da identidade pedagógica da IES, conforme perfil docente definido no PDI.

O docente do Centro Universitário Metodista - IPA tem papel primordial na materialização das práticas acadêmicas indissociadas entre ensino, pesquisa e extensão. Para tanto, a identificação com os princípios institucionais definidos no PDI torna-se decisiva para a constituição do perfil docente e consolidação de uma prática pedagógica, extensionista e de pesquisa que contribua para o fortalecimento da identidade institucional.

Desta forma, os instrumentos de avaliação docente orientam-se pelo perfil docente definido pelo PDI, buscando analisar a identificação do/a professor/a com o projeto acadêmico institucional:

- a) compreensão da ação educativa como um processo que decorre da relação de ensino e de aprendizagem, enfatizando o protagonismo social tanto do professor como do aluno;
- b) ênfase no ensino de conhecimentos teóricos e práticos, articuladas a uma contínua ação investigativa;
- c) capacidade de atuar em equipe, desenvolvendo uma ação cooperativa entre

os pares com vistas ao compartilhamento de saberes, experiências e vivências;

- d) compreensão de que o interesse social é mais importante do que o individual;
- e) exercício da prática da justiça e solidariedade;
- f) entendimento da realização como fruto do esforço comum;
- g) consciência de que todos têm direito de participar de modo justo dos frutos do trabalho.
- h) sentido ético profissional, associado ao compromisso social;
- i) competência formal e política;
- j) visão inter e transdisciplinar do conhecimento;
- k) compreensão da avaliação processual no percurso acadêmico, enfatizando tanto o processo de ensino – autoavaliação docente, como o processo de aprendizagem do estudante.

O professor é um pesquisador quando assume uma postura reflexiva e investigativa ao observar o objeto de seu trabalho, a relação do processo ensino-aprendizagem, refletindo, produzindo conhecimentos. Assim, enfatiza-se a **pesquisa como princípio educativo** contribuindo para a na formação do egresso crítico e comprometido socialmente, bem como atividade acadêmico-científica na produção de conhecimento nas diversas áreas do conhecimento (FORgrad, 2003, p. 12).

A Avaliação Docente conta com 2 (dois) instrumentos (ANEXO A) com forma de aplicação *online*, semestralmente: um para investigar a percepção dos discentes em relação ao processo acadêmico e pedagógico organizado pelo docente e outro que visa a autoavaliação do docente privilegiando a reflexão do/a mesmo sobre a sua identificação com o perfil e princípios institucionais. A aplicação simultânea dos dois instrumentos possibilita a comparabilidade entre a percepção dos/as discentes e do próprio docente em relação à interação e qualidade do processo de ensino e de aprendizagem e da constituição do perfil pedagógico institucional.

A análise dos dados é realizada pela Coordenadoria de Avaliação Institucional e encaminhada à CPA. Os resultados da avaliação docente também são disponibilizados através do sistema PRÁXIS para acesso do docente, das coordenações dos Cursos, Pró-Reitorias e Reitoria, bem como para análise nos

respectivos colegiados com possíveis definições de ações para superação das dificuldades evidenciadas. O relatório final é encaminhado ao CONSUN.

### 5.3.1.2 Autoavaliação discente

A Avaliação Discente é um subprograma do Programa de Avaliação Institucional do Centro Universitário Metodista que objetiva coletar dados que contribuam para a reflexão do discente sobre seu desempenho e comprometimento com o seu percurso acadêmico, ao mesmo tempo em que permite a autoavaliação institucional no que se refere à contribuição da IES na formação do perfil do egresso definido no PDI.

A relação acadêmica, na perspectiva do IPA, é o processo que visa oferecer à pessoa uma compreensão de vida e de sociedade, comprometida com uma prática libertadora com vistas a recriar a vida em sociedade. Sendo assim, o compromisso acadêmico da Instituição é com a formação de profissionais capazes de exercer o seu saber específico articulado com a construção da cultura da solidariedade, da cidadania e da responsabilidade. Pretende-se que os egressos dessa IES sejam profissionais autônomos no seu conhecimento, críticos e autocríticos, tornando-se sujeitos de sua história ao participarem ativamente da sociedade na qual estão inseridos, atuando como agentes dinâmicos para provocar e acompanhar a evolução da tecnologia e do conhecimento.

Os instrumentos de avaliação discente (ANEXO A), a ser aplicado semestralmente, no formato *online*, toma por base o perfil do egresso definido no PDI em consonância com o posicionamento do Centro Universitário Metodista – IPA.

- a) visão da dinâmica social, bem como disposição para o trabalho coletivo;
- b) sentido ético profissional, associado ao compromisso social;
- c) comprometimento com valores de liberdade, justiça, cidadania e solidariedade;
- d) aplicação prática no mundo do trabalho dos conhecimentos construídos no percurso acadêmico, traduzidos na materialidade de estratégias de ação em diferentes situações;
- e) autonomia e autoria de métodos próprios para gerenciar seu tempo e seu

espaço de trabalho;

- f) aplicação de conhecimentos de forma autônoma e inovadora e, paralelamente, ser capaz de acompanhar e provocar a evolução tecnológica dos processos de geração do conhecimento.
- g) líder no mundo do trabalho com visão e comprometimento social.
- h) respeito nas relações de trabalho.
- i) respeito às diferenças.
- j) postura crítica e autocrítica;
- k) estabelece relação teoria-prática;
- l) competência técnica e política.

A análise dos dados será realizada pela Coordenadoria de Avaliação Institucional e encaminhada à CPA. Os dados de autoavaliação discente também serão encaminhados às coordenações dos Cursos, Pró-Reitorias e Reitoria, bem como para análise nos respectivos colegiados com possíveis definições de ações para superação das dificuldades evidenciadas. Os dados também serão disponibilizados aos discentes na *página do aluno*. O relatório final será encaminhado ao CONSUN, Reitoria, Pró-Reitorias, Coordenadoria de Comunicação e Coordenações de Curso para análise e estratégias de superação no que se refere ao vínculo institucional com os egressos e decisões no ensino, pesquisa, extensão – educação continuada e pós-graduação *lato e stricto sensu*.

### 5.3.1.3 Avaliação dos serviços e da infraestrutura

A Avaliação dos Serviços e da Infraestrutura tem o objetivo de verificar a qualidade de insumos e serviços do IPA, considerando tanto as questões relativas ao atendimento à missão e princípios institucionais tanto a relação com o instrumento de Avaliação Externa proposto pelo SINAES. Esta avaliação se dá a partir de instrumento *online* (ANEXO B), aplicado a estudantes, docentes e funcionários técnico-administrativos e ocorre anualmente.

Os dados coletados são organizados em relatório pela Coordenadoria de Avaliação Institucional e são encaminhados à CPA, para análise e posterior

encaminhamento à Lideranças, Gestores, Reitoria, CONSUN e comunidade acadêmica.

#### 5.3.1.4 Avaliação da gestão

A gestão é avaliada sob dois aspectos: gestão administrativa e gestão acadêmica.

A **Avaliação da Gestão Administrativa** direciona-se a 2 focos:

- a) autoavaliação dos funcionários técnico-administrativos, cujo instrumento, no formato *online*, é organizado a partir do perfil do técnico-administrativo construído coletivamente, tendo como base a missão e princípios do IPA (ANEXO C). Ressalta-se que a plataforma *online* do instrumento sendo remodelado e que no presente ano vem sendo feito de forma impressa;
- b) a Avaliação do Setor através de instrumento construído com as gerências e setores acadêmicos, considerando a missão, as dimensões do SINAES, a totalidade sistêmica e específica dos processos.

O referido instrumento é utilizado como base de análise colegiada nos setores e avaliação conjunta nos Fóruns desenvolvidos pela IES.

A **Avaliação da Gestão Acadêmica** se dá através de 2 instrumentos no formato *online*, tendo como base o perfil da Coordenação de Curso do Centro Universitário Metodista - IPA, construído coletivamente com os/as coordenadores/as de curso de graduação: o instrumento da Avaliação da Coordenação do Curso conta com a participação universal dos/as docentes, discentes e técnico-administrativos vinculados a cada curso. O segundo instrumento diz respeito à autoavaliação da Coordenação de Curso e os resultados são confrontados com o primeiro, sendo objeto de análise da Pró-Reitoria de Graduação junto às coordenações.

A Avaliação da gestão acadêmica ocorre também através de reuniões de Cursos e Colegiados de Graduação. O instrumento orientador da avaliação (ANEXO D) foi construído tomando por base as 10 dimensões do SINAES, dimensões e critérios do instrumento de avaliação de cursos – Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG), além de outros resultados das avaliações externas como: o ENADE e o CENSO. Também considera resultados da aplicação dos instrumentos da avaliação

*online* que apresentam interface com a graduação e com as políticas de ensino, pesquisa e extensão, previstas no PDI e PPI, bem como os projetos indissociados que as consolidam. Os dados produzidos pela avaliação participativa no âmbito dos cursos e colegiados, são levados aos Fóruns de avaliação desenvolvidos na IES, com o objetivo de construir coletivamente o planejamento de ações de superação.

#### 5.3.1.5 Avaliação de acompanhamento do egresso

A política de acompanhamento aos/às egressos/as busca identificar a inserção dos/as estudantes no mundo do trabalho e a percepção deste sobre o/a profissional formado/a pelo Centro Universitário Metodista – IPA. Esse acompanhamento está vinculado ao Programa de Avaliação Institucional do Centro Universitário Metodista – IPA, o qual tem por objetivo coletar dados que contribuam para a autoavaliação institucional no que se refere à contribuição desta IES na formação do perfil do/a egresso/a definido neste PDI. Os dados levantados na avaliação do acompanhamento do/a egresso/a são utilizados também como subsídio para o planejamento dos cursos de pós-graduação *lato sensu* e dos cursos de formação continuada de curta duração, buscando atender as expectativas do/a egresso/a e do mundo do trabalho. Desta forma, a IES demonstra seu propósito em investir na política de consolidação da pós-graduação *lato sensu* e em propor a oferta de cursos que não tenham apenas interface com os cursos de graduação, as linhas de pesquisa, a extensão e a pós-graduação *stricto sensu*, mas que também venham ao encontro das necessidades expressas pelos/as egressos/as por meio do instrumento de avaliação.

Há ainda ações pontuais realizadas pelos colegiados dos cursos com relação a esse acompanhamento, de forma a aproximar os/as egressos/as às ações de cada curso, como participação em aulas magnas, *workshops*, oficinas, eventos da instituição e do curso, dentre outras.

Destaca-se que, em 2009, foi realizada uma ação pontual quanto ao levantamento de dados dos/as egressos/as pela instituição. No entanto, desde 2013, houve um movimento institucional para se criar um sistema próprio de acompanhamento dos/as egressos/as, na perspectiva de atender as várias necessidades institucionais. Nesse sentido, em 2013, a CPA formou um Grupo de

Trabalho (GT) e articulou uma nova proposta de acompanhamento dos/as egressos/as, com vista à aplicação nas novas pesquisas. Esta prática vem sendo desenvolvida pontualmente nos cursos necessitando ainda uma organização institucional para a obtenção de dados mais completos.

### **5.3.2 Pós-graduação *Stricto Sensu***

Informa-se que a Instituição desenvolveu dois Programas de Pós-graduação *Stricto-sensu*: o Programa de Mestrado Profissional Interdisciplinar Reabilitação e Inclusão que funcionou de 2006 a 2019 e, o Programa de Mestrado Acadêmico Interdisciplinar Biociências e Reabilitação, desenvolvido no período de 2008 a 2019. Durante este período os Programas participaram dos processos avaliativos inseridos no Programa de Avaliação Institucional da IES.

Participaram deste processo vários atores (docentes, discentes, funcionários técnico-administrativos e gestores do Programa) que estavam envolvidos nas atividades desenvolvidas como disciplinas, orientações, processos de qualificação e por fim, as defesas das dissertações propriamente ditas.

A proposta deste processo avaliativo teve como objetivo, além de se articular com o programa ampliado da IES, proporcionar uma organização institucional utilizando-se das críticas e sugestões manifestadas pelos diversos atores participantes do processo sobre a experiência já vivenciada que buscava contribuir para o processo sistemático de avaliação do desenvolvimento do(s) Programa(s) de Mestrado da IES.

Tendo em vista o fechamento dos referidos Programas no ano de 2019, este processo foi finalizado.

### **5.4 SENSIBILIZAÇÃO**

Sensibilizar a comunidade acadêmica sobre a importância do caráter participativo do processo e, com isso, conquistar a adesão de todos envolvidos, é um dos principais objetivos dessa etapa. Da eficácia dessa etapa dependerá o sucesso

do projeto. O estímulo à participação de coordenadores, docentes, discentes e funcionários poderá ser desenvolvido através dos seguintes meios:

- a) elaboração de cartazes, estrategicamente dispostos nas áreas de maior circulação dentro da instituição;
- b) reuniões com os líderes de turma do corpo discente;
- c) reuniões com o corpo docente;
- d) *e-mail* para os docentes;
- e) *e-mail* para os funcionários técnico-administrativos;
- f) mensagem na *internet – site* e redes sociais.

A sensibilização terá um caráter permanente, mantendo-se suas ações durante as outras etapas do processo.

## 5.5 FASE DE COLETA DE DADOS

A fase de coleta de dados é executada conforme cronograma estabelecido pela CPA e consiste em um período prévio de notificação aos atores institucionais com o intuito de sensibilização e mobilização para a participação de todos.

Na coleta do corpo discente, o instrumento é aplicado em aula específica de uma disciplina obrigatória, pelo coordenador do Programa. O instrumento é distribuído e preenchido de modo individual constando a identificação de cada aluno.

Para o corpo docente, o instrumento dos docentes é aplicado num momento de reunião geral dos docentes que costuma ocorrer periodicamente para fins de preenchimento perspectivando uma discussão do processo. Acrescenta-se que os questionários permitem a identificação de cada docente.

O questionário dos funcionários técnico-administrativos é aplicado num momento específico dentro da jornada de trabalho e é acompanhado pela Coordenadoria de Avaliação Institucional que pré-agenda laboratórios de informática e organiza um cronograma de participação com as lideranças técnico-administrativas das unidades IPA e Americano.

## 5.6 DIAGNÓSTICO

O instrumento de Avaliação da Pesquisa tem o objetivo acompanhar a consolidação das políticas e institucionalização da pesquisa no Centro Universitário Metodista - IPA. Para tanto, busca coletar dados qualitativos e quantitativos, mapeando as experiências de pesquisa realizadas, a percepção do pesquisador sobre a experiência para sua própria formação e sobre a produção de conhecimento realizada e sua interface com a Missão da IES, com o ensino e com a extensão. Os resultados da Avaliação da Pesquisa são apresentados nos Fóruns Institucionais da IES. O instrumento é preenchido pelo pesquisador e os dados coletados são sistematizados pela Coordenadoria de Avaliação Institucional e disponibilizados à comunidade acadêmica, sendo contextualizados nas discussões dos Fóruns Institucionais da IES.

Respeitando o princípio da gestão horizontal proposta pelo Centro Universitário Metodista - IPA, a Avaliação Institucional se dará a partir da discussão nos diversos colegiados acadêmicos e administrativos. A discussão colegiada, além de produzir sentido aos resultados da autoavaliação, possibilita a decisão coletiva sobre a tomada de decisão em relação às ações de superação ou consolidação a serem implementadas.

## 5.7 ARTICULAÇÃO DOS RELATÓRIOS PELA OUVIDORIA

A Ouvidoria constitui um *importante canal de comunicação* nas universidades contribuindo para o aperfeiçoamento do exercício da cidadania e para um constante *feedback*, essencial ao aprimoramento institucional e ao aumento de sua credibilidade, situando-se no contexto da democracia participativa.

A ouvidoria possibilita o estabelecimento de relações visando a globalidade e a integração dos processos na IES. As informações, sugestões, críticas e elogios recebidos por meio de uma ouvidoria podem apontar sinais importantes de articulação/desarticulação no âmbito da educação, merecendo ser considerados no contexto maior de avaliação institucional.

Neste sentido, a ouvidoria integra a dimensão denominada *Comunicação com a sociedade* proposta pelo SINAES. Esta dimensão da avaliação institucional tem por

objetivo discutir a comunicação das IES com seus diferentes públicos e nela encontram-se dois grupos de indicadores, os chamados indicadores de comunicação interna – canais de comunicação e sistemas de informações e a ouvidoria; e os indicadores de comunicação externa – canais de comunicação e sistemas de informações e imagem pública da IES.

A Ouvidoria do Centro Universitário Metodista<sup>3</sup> foi criada no final do ano de 2002. Optou-se, desde o início, pela criação de uma ouvidoria virtual, com atendimento pelo portal institucional <http://ipametodista.edu.br/>. A interação proporcionada por uma ouvidoria virtual remete a uma nova lógica de interconexão, onde o desafio da interatividade impõe-se, trazendo à tona questões envolvendo a linguagem e o distanciamento físico, sem sobrepor a tecnologia às relações humanas.

Entretanto, foi a partir de 2004, com a transformação de faculdades integradas em Centro Universitário Metodista, que houve considerável aumento da demanda da Ouvidoria. A partir daquele ano, iniciou-se, assim, a produção de relatórios.

Algumas normas foram adotadas em relação ao recebimento/envio de mensagens pela Ouvidoria. Respeitando o Código de Ética do Ouvidor da Associação Nacional dos Ouvidores<sup>4</sup>, estabeleceu-se como regra responder toda a demanda recebida em até 3 dias úteis a partir de seu recebimento.

A partir de 2005, a Ouvidoria passou a sistematizar mensalmente as principais demandas recebidas, de forma quantitativa e qualitativa, contribuindo como instrumento constante de avaliação institucional.

Considerado como subprograma do Programa de Avaliação Institucional, a ouvidoria, como prática institucionalizada, cumpre um papel fundamental de recolhas de dados cotidianas, possibilitando uma constante reflexão sobre a percepção dos atores institucionais em relação aos processos acadêmicos e de gestão. Desta forma, pode ser assim resumida a metodologia de trabalho deste subprograma de Avaliação Institucional:

1. Atendimento às demandas dos diferentes públicos do Centro Universitário Metodista, com a máxima agilidade e clareza nas respostas, recomendando-se prazo máximo de 3 dias úteis nas respostas, e

---

<sup>3</sup> Cabe destacar que a Ouvidoria atende públicos de toda a Rede Metodista de Educação IPA incluindo educação básica e superior.

<sup>4</sup> [www.abonacional.org.br](http://www.abonacional.org.br)

respeitando o sigilo à fonte (Código de Ética do Ouvidor - ABO); Elaboração de relatórios mensais, semestral e anual (quantitativo e qualitativo). Os relatórios levam em consideração os públicos e demandas mais frequentes, os cursos que mais participaram da ouvidoria, entre outros fatores, buscando relação com as 10 dimensões do SINAES; Divulgação do trabalho da Ouvidoria no conjunto de ações de Avaliação Institucional (campanhas específicas); Adesão do IPA à Associação Brasileira de Ouvidores (ABO) e fórum de Ouvidores Universitários. A análise dos dados é realizada pela Coordenadoria de Avaliação Institucional e encaminhada a CPA. Os relatórios da Ouvidoria também são encaminhados às coordenações dos Cursos, Pró-Reitorias, Reitoria, setores administrativos e acadêmicos envolvidos, para análise nos respectivos colegiados e possíveis definições de ações para implantação de melhorias e superação das dificuldades evidenciadas, bem como ao CONSUN.

## 6 AVALIAÇÃO EXTERNA

A Avaliação Externa é realizada por comissões designadas pelo INEP. Tem como referência os padrões mínimos de qualidade para a educação superior, expressos nos instrumentos de avaliação.

Compreende-se a Avaliação Externa: a Avaliação da Instituição, a Avaliação dos Cursos e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE).

### 6.1 AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS ESTUDANTES (ENADE)

O objetivo deste exame é avaliar o desempenho dos estudantes com relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos de graduação, o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional, e o nível de atualização dos estudantes com relação à realidade brasileira e mundial, integrando o SINAES (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior), juntamente com a avaliação institucional e a avaliação dos cursos de graduação.

O ENADE é obrigatório, pois é considerado como um componente curricular do curso. O estudante inscrito que não realiza o exame fica impedido de colar grau e/ou receber seu diploma até regularizar a sua situação junto ao MEC/INEP.

### 6.2 AVALIAÇÃO EXTERNA DE CURSOS – AUTORIZAÇÃO, RECONHECIMENTO OU RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO

A avaliação externa é a outra dimensão essencial da avaliação institucional. A apreciação de comissões de especialistas externos à instituição, além de contribuir para o autoconhecimento e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Centro Universitário Metodista - IPA, também traz subsídios importantes para a regulação e a formulação de políticas educacionais. Mediante análises documentais, visitas *in loco*, interlocução com membros dos diferentes segmentos da instituição e da comunidade local ou regional, as comissões externas ajudam a identificar acertos e equívocos da avaliação interna, apontam fortalezas e debilidades institucionais,

apresentam críticas e sugestões de melhoramento ou, mesmo, de providências a serem tomadas - seja pela própria instituição, seja pelos órgãos competentes do MEC.

Na elaboração do seu relatório, a comissão considerará o relatório de autoavaliação e outras informações do IPA oriundas de outros processos avaliativos (dados derivados do Censo, do ENADE e dos relatórios de Avaliação Externa anteriores), bem como entrevistas e outras atividades realizadas.

Por meio das avaliações *in loco* dos Cursos é possível ao Centro Universitário Metodista – IPA realizar a análise das potencialidades, fragilidades e recomendações apontadas no relatório de autorização, reconhecimento ou renovação de reconhecimento e planejamento de ações para superação e consolidação dos Cursos da IES.

### 6.3 AVALIAÇÃO EXTERNA INSTITUCIONAL – CREDENCIAMENTO OU RECRENCIAMENTO

O credenciamento do Centro Universitário Metodista – IPA ocorreu em 11 de outubro de 2004, com a publicação da Portaria nº 3.186 do Ministério da Educação e Cultura (MEC), no Diário Oficial da União.

Em 2004, o Instituto Porto Alegre da Igreja Metodista - IPA incorpora a Faculdade de Direito de Porto Alegre (FADIPA), originalmente vinculada à Mantenedora Centro de Ensino Superior de Porto Alegre (CESUPA).

Em 10 de janeiro de 2008 o Ministério da Educação expede a Portaria Nº 20, autorizando a transferência de mantença da FADIPA para o Instituto Porto Alegre da Igreja Metodista, o que consolida as ações em Rede do IPA, com o Curso de Direito da referida Faculdade. Em novembro do mesmo ano, o IPA ingressa com a solicitação da unificação de mantidas, de forma a fortalecer o desenvolvimento de Ensino, Pesquisa e Extensão do Curso de Direito da FADIPA, consolidando, assim, da mesma forma, a oferta de ensino e produção científica em todas as áreas do conhecimento.

E, finalmente, em 22 de dezembro de 2009 é publicada a Portaria nº 1.746 que aprova a unificação das mantidas, passando o Curso de Direito a fazer parte do conjunto de cursos oferecidos pelo Centro Universitário Metodista.

Em 2009, no período de 6 a 9 de maio, este Centro Universitário Metodista – IPA recebeu a visita *in loco* do MEC/INEP para fins de recredenciamento da instituição e, no momento, aguarda a publicação da Portaria, referente ao processo no sistema SAPIENS nº 20060007451, o qual está tramitando no sistema e-MEC, sob nº 201208241.

## 7 CONSOLIDAÇÃO

Todos os dados coletados são sistematizados em relatórios gerenciais de forma a contribuir com a discussão dos mesmos e com a produção de sentidos e tomadas de decisão. Os mesmos são encaminhados para as lideranças e gestores administrativos e acadêmicos responsáveis para auxiliar nas tomadas de decisões.

### 7.1 PLANO DE AÇÃO INSTITUCIONAL PARA SUPERAÇÃO (PAIS)

O Plano de Ação Institucional para Superação (PAIS) é elaborado a partir dos Relatórios de Grupos de Trabalho (RGTs) devendo conter diretrizes orientadoras das ações institucionais e serve de consulta para a tomada de decisões em todos os âmbitos do Centro Universitário Metodista – IPA.

O Plano de Ação fica aos cuidados da Coordenadoria de Avaliação Institucional, sendo encaminhado aos setores competentes e permanece disponível à comunidade acadêmica, aos membros da CPA e às comissões externas de avaliação.

### 7.2 RELATO INSTITUCIONAL

As análises dos resultados advindos das diversas avaliações realizadas pela IES e daquelas em que a IES participa devido às demandas do SINAES, são realizadas pelos cursos de graduação e pela gestão no sentido de se utilizar destes elementos para proporcionar melhorias nos diversos processos desenvolvidos na Instituição.

Quadro 3 - Processo de autoavaliação Institucional (continua)

PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO IPA		
Etapas do processo de Avaliação Institucional	Potencialidades	Fragilidades/desafio
<p><b>Elaboração de instrumentos:</b> A CPA em reunião designa grupos de trabalho (GT) com o objetivo de fazer reanálise dos instrumentos atuais; utilização das experiências anteriores da avaliação institucional (Avaliação Docente, Avaliação dos Técnico-administrativo e Autoavaliação Institucional) nas análises dos GT; o GT apresenta proposta para fins de aprovação da CPA; revisão do Programa de Avaliação Institucional (PAI) a cada 5 anos.</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Participação efetiva da comunidade acadêmica (docentes, discentes e Técnico-administrativos).</li> <li>2. Experiência com processos avaliativos anteriores qualificam os novos processos.</li> <li>3. Existência de processos de avaliação institucional desde 1994.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Ampliar a compreensão do processo de Avaliação Institucional.</li> </ol>
<p><b>Aplicação de instrumentos:</b> definição pela CPA do prazo de disponibilização do instrumento para fins de avaliação; a CPA articula com a Coordenadoria de Avaliação Institucional (CoordAI) a operacionalização e construção do instrumento em sistema próprio; realização da sensibilização e divulgação do processo de avaliação em conjunto da CPA, Coordenadoria de Graduação, CoordAI e setores de comunicação interna, utilizando-se de diferentes formas de divulgação.</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Realização de ações de sensibilização para a comunidade acadêmica.</li> <li>2. Atuação dos representantes da comunidade acadêmica na CPA como agentes de sensibilização e divulgação do processo de avaliação.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Incluir o período de Avaliação Institucional no calendário acadêmico.</li> <li>2. Ampliar a adesão voluntária dos participantes.</li> <li>3. Melhorar a dinâmica dos processos de divulgação da Avaliação Institucional.</li> <li>4. Aperfeiçoar o uso da recente ferramenta de coleta de informações necessárias para o processo de Avaliação Institucional.</li> </ol>
<p><b>Análise e reflexão dos resultados:</b> realização articulada da análise pela CoordAI, Coordenadoria de Graduação e CPA.</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Elaboração de análises com objetivo de subsidiar possíveis mudanças nos diversos setores da IES.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Fortalecimento da compreensão do uso dos resultados do processo de Avaliação Institucional como instrumento de gestão.</li> </ol>
<p><b>Divulgação dos resultados:</b> disponibilização de diversos relatórios de resultados atendendo as especificidades dos setores envolvidos (Gestão Administrativa e Gestão Acadêmica); divulgação dos resultados analisados através de site institucional e banners.</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Divulgação dos resultados consolidados e setorizados, buscando informar as especificidades.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>2. Ampliar a divulgação geral dos resultados.</li> </ol>

Quadro 3 - Processo de autoavaliação Institucional (conclusão)

PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO IPA		
Etapas do processo de Avaliação Institucional	Potencialidades	Fragilidades/desafio
<b>Análise e reflexão sobre os resultados na IES:</b> realização de processos reflexivos na CPA, na Coordenadoria de Avaliação, na Coordenadoria de Graduação, nos Colegiados Ampliados de Curso, no corpo docente, no corpo discente e no técnico-administrativo;	1. Desenvolvimento da prática de análise e reflexão dos resultados de forma articulada.	1. Ampliar ações de uso dos resultados do processo de avaliação institucional como parte do planejamento acadêmico, administrativo da IES.
<b>Proposição de ações:</b> desenvolvimento de estratégias de ações resultantes do processo de avaliação às diferentes instâncias de gestão (CPA, CoordAI, Coordenadoria de Graduação, Pró-Reitorias e Reitoria).	1. Utilização reflexiva dos resultados da Avaliação Institucional. 2. Proporcionar a transparência do processo de Avaliação Institucional da IES.	1. Ampliar a visibilidade das ações propostas como resultado do processo de Avaliação Institucional.
<b>Acompanhamento das ações:</b> elaboração de estratégias de acompanhamento das ações propostas pelos resultados do processo avaliativo nas diferentes instâncias da IES.	1. Consolidação da prática de divulgação dos resultados e das ações do processo de Avaliação Institucional no Seminário Pedagógico semestral. 2. Realização de ações acadêmico-administrativas como consequência da prática avaliativa da IES.	1. Ampliar a articulação entre avaliação e planejamento.

Fonte: Coordenadoria de Avaliação Institucional.

## 8 DIVULGAÇÃO

É a publicidade para os públicos interessados dos resultados do processo de autoavaliação, divulgados através do sitio para buscar o comprometimento de todos os envolvidos.

Os questionários aplicados aos discentes, docentes e funcionários técnico-administrativos são tabulados pela Coordenadoria de Avaliação Institucional e produzida uma síntese com a identificação dos pontos positivos e as questões a melhorar.

Após a sistematização dos questionários aplicados aos discentes, docentes e funcionários técnico-administrativos, ocorre uma discussão com os professores do programa que desencadeia a elaboração de um relatório do processo avaliativo que é socializado para todos (docentes, discentes, funcionários técnico-administrativos e gestores).

- a) **docentes:** A divulgação ocorre em seminários que ocorrem nos referidos Programas com os professores visando discutir os resultados e apontar alternativas às questões a melhorar e compartilhados em comum pela equipe;
- b) **organização/suporte:** Aos setores administrativos é dado um retorno do colegiado através de reuniões e ou documentos (dependendo do caso) ao coordenador do setor de pós-graduação, a equipe administrativa e aos diversos setores envolvidos pelo programa;
- c) **discentes:** É realizada uma atividade em aula específica de retorno dos resultados aos discentes discutindo as constatações e indicando alternativas às questões a melhorar constatada.

Acrescenta-se que está em estudo a possibilidade de realização desta avaliação de forma *on-line*.

O Centro Universitário Metodista - IPA, vem investindo na consolidação das políticas de pós-graduação Lato Sensu, entendendo ser este um importante espaço de formação continuada e vínculo da IES com seus egressos. Desta forma, oferece cursos de Pós-graduação Lato Sensu que atendem a uma grande diversidade de

áreas e que, além de formar profissionais para o mundo do trabalho, de uma certa forma, atua como um elemento desencadeador de potenciais mestrandos.

Neste sentido, este processo de avaliação tem como objetivo além de se articular com o programa de avaliação institucional ampliado da IES, proporcionar uma organização institucional utilizando-se das críticas e sugestões manifestadas pelos diversos atores participantes dos processos sobre a experiência já vivenciada buscando contribuir para o processo sistemático de avaliação do desenvolvimento do (s) Programa (s) de Mestrado, da pesquisa e dos cursos de especialização desenvolvidos na IES.

A participação dos atores irá verificar, através de preenchimento de instrumentos buscando fornecer informações relacionadas à estrutura administrativa e física e dos Cursos de Especialização, a prática de funcionamento, aos recursos destinados, ao corpo docente e às práticas educacionais estabelecidas. Ainda, a participação tanto dos docentes como dos discentes poderá ocorrer em espaços destinados ao desenvolvimento de processos avaliativos e momentos pontuais das atividades em fases de finalização de processos. E, a participação dos técnicos-administrativos poderá ocorrer em momentos propícios definidos pelas coordenações.

O instrumento de avaliação da Pós-Graduação Lato Sensu contempla indicadores que avaliam o docente, a disciplina, a infraestrutura e o discente (ANEXO E), com campo descritivo, através do qual o aluno pode manifestar-se quanto a outras questões que considerar necessárias. O instrumento é preenchido pelos alunos dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu e os dados coletados são sistematizados pela Coordenadoria de Avaliação Institucional e disponibilizados à comunidade acadêmica, sendo contextualizados nas discussões dos Fóruns Institucionais da IES.

## 9 METAS PARA CPA – 2019 a 2021

O confronto dos resultados da autoavaliação com os resultados da avaliação externa - reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos, avaliação externa, credenciamento do Centro Universitário Metodista IPA e ENADE, trazem a possibilidade de realizar o processo de meta-avaliação da IES, devendo ser também balizador da reformulação do Programa de Avaliação Institucional (PAI).

Neste sentido, é por meio da utilização dos diversos relatórios que são elaborados ao longo do período avaliativo que ocorre a análise devida com o objetivo de reformular, rever e suscitar perspectiva para a continuação da avaliação institucional.

### 9.1 PLANO DE AÇÃO

A seguir apresenta-se o planejamento para o período que compreende este Programa de acordo com as demandas internas e externas que a Instituição deve seguir para continuar oferecendo um ensino de qualidade aos seus alunos.

**Quadro 4 - Plano de ação 2019 - 1 e 2 (continua)**

<b>Objetivo</b>	<b>Meta</b>		
<b>Objetivo</b>	<b>Ação</b>	<b>Indicador</b>	<b>Cronograma</b>
<b>Atender demandas do SINAES</b>	<b>Elaborar o Relatório de Avaliação da IES</b>	<b>Resultados dos processos avaliativos</b>	<b>2019/1</b>
<b>Obter informações dos discentes, docente e técnico-administrativos em relação à prática pedagógica dos cursos</b>	<b>Aplicação da autoavaliação via Práxis</b>	<b>Qualidade do ensino ofertado pela IES</b>	<b>2019/2</b>
<b>Obter informações dos discentes, docentes e técnico-administrativos em relação à infraestrutura da IES</b>	<b>Aplicação da autoavaliação via Práxis</b>	<b>Qualidade da infraestrutura disponibilizada aos cursos</b>	<b>2019/2</b>

<b>Avaliação de Reconhecimento do Curso de Contabilidade</b>	<b>Receber comissão de avaliação <i>in loco</i></b>	<b>Condições pedagógicas, administrativas e de infraestrutura do curso</b>	<b>2019/2</b>
<b>Avaliação de Reconhecimento do Curso de Enfermagem</b>	<b>Preenchimento de formulário</b>	<b>Organização do processo avaliativo</b>	<b>2019/2</b>
<b>Avaliação de Reconhecimento do Curso de Enfermagem</b>	<b>Receber comissão de avaliação <i>in loco</i></b>	<b>Condições pedagógicas, administrativas e de infraestrutura do curso</b>	<b>2019/2</b>
<b>Sensibilizar discentes e docentes para a participação no ENADE</b>	<b>Desenvolvimento de reuniões com os alunos: Café ENADE, Aulas coletivas, simulado da prova</b>	<b>Perfil do alunado</b>	<b>2019/1 2019/2</b>
<b>Acompanhar o Programa COMUNG</b>	<b>Participação nas reuniões do COMUNG presenciais e via skype</b>	<b>Conhecimento sobre desenvolvido dos processos avaliativos internos e externos</b>	<b>2019/1 2019/2</b>
<b>Capacitar membros da gestão que estão envolvidos com avaliação institucional</b>	<b>Participar das diversas ações de capacitação internas e externas à instituição</b>	<b>Competências da equipe diretiva envolvida com avaliação institucional</b>	<b>2019/1 2019/2</b>

Fonte: Elaborado pelo autor.

**Quadro 5 - Plano de ação 2020 1 e 2 (continua)**

<b>Objetivo</b>			
<b>Meta</b>	<b>Ação</b>	<b>Indicador</b>	<b>Cronograma</b>
<b>Atender demandas do SINAES</b>	<b>Elaborar o Relatório de Avaliação da IES</b>	<b>Resultados dos processos avaliativos</b>	<b>2020/1</b>
<b>Obter informações dos discentes, docente e técnico-administrativos em relação à prática pedagógica dos cursos</b>	<b>Aplicação da autoavaliação via Práxis</b>	<b>Qualidade do ensino ofertado pela IES</b>	<b>2020/1 2020/2</b>
<b>Obter informações dos discentes, docentes e técnico-administrativos em relação à infraestrutura da IES</b>	<b>Aplicação da autoavaliação via Práxis</b>	<b>Qualidade da infraestrutura disponibilizada aos cursos</b>	<b>2020/2</b>
<b>Sensibilizar discentes e docentes para a participação no ENADE</b>	<b>Desenvolvimento de reuniões com os alunos: Café ENADE, Aulas coletivas, simulado da prova</b>	<b>Perfil do alunado</b>	<b>2020/1 2020/2</b>

<b>Acompanhar o Programa COMUNG</b>	<b>Participação nas reuniões do COMUNG presenciais e via skype</b>	<b>Conhecimento sobre desenvolvido dos processos avaliativos internos e externos</b>	<b>2020/1 2020/2</b>
<b>Capacitar membros da gestão que estão envolvidos com avaliação institucional</b>	<b>Participar das diversas ações de capacitação internas e externas à instituição</b>	<b>Competências da equipe diretiva envolvida com avaliação institucional</b>	<b>2020/1 2020/2</b>

Fonte: Elaborado pelo autor.

**Quadro 6 - Plano de ação 2021 1 e 2**

<b>Objetivo</b>			
<b>Meta</b>	<b>Ação</b>	<b>Indicador</b>	<b>Cronograma</b>
<b>Atender demandas do SINAES</b>	<b>Elaborar o Relatório de Avaliação da IES</b>	<b>Resultados dos processos avaliativos</b>	<b>2021/1</b>
<b>Obter informações dos discentes, docente e técnico-administrativos em relação à prática pedagógica dos cursos</b>	<b>Aplicação da autoavaliação via Práxis</b>	<b>Qualidade do ensino ofertado pela IES</b>	<b>2021/1 2021/2</b>
<b>Obter informações dos discentes, docentes e técnico-administrativos em relação à infraestrutura da IES</b>	<b>Aplicação da autoavaliação via Práxis</b>	<b>Qualidade da infraestrutura disponibilizada aos cursos</b>	<b>2019/2</b>
<b>Sensibilizar discentes e docentes para a participação no ENADE</b>	<b>Desenvolvimento de reuniões com os alunos: Café ENADE, Aulas coletivas, simulado da prova</b>	<b>Perfil do alunado</b>	<b>2021/1 2021/2</b>
<b>Acompanhar o Programa COMUNG</b>	<b>Participação nas reuniões do COMUNG presenciais e via skype</b>	<b>Conhecimento sobre desenvolvido dos processos avaliativos internos e externos</b>	<b>2021/1 2021/2</b>
<b>Capacitar membros da gestão que estão envolvidos com avaliação institucional</b>	<b>Participar das diversas ações de capacitação internas e externas à instituição</b>	<b>Competências da equipe diretiva envolvida com avaliação institucional</b>	<b>2021/1 2021/2</b>

Fonte: Elaborado pelo autor.

## 10 BALANÇO CRÍTICO DA CPA

A Comissão Própria de Avaliação entende que as estratégias adotadas para o Programa de Avaliação Institucional 2019-2021 validam o objetivo principal desta comissão, que visa consolidar a cultura de autoavaliação do Centro Universitário Metodista, em consonância com o SINAES, de forma a contribuir para a reflexão permanente das atividades indissociadas de gestão, ensino, pesquisa e extensão, bem como a consequente tomada de decisão dos diversos processos desenvolvidos na IES na busca da melhoria da qualidade do ensino oferecido, e consolidação da missão institucional.

As estratégias adotadas visam a continuidade do programa de Avaliação Institucional, disseminando a cultura de autoavaliação na Instituição para a constituição de um processo que contribua com tomadas de decisões na busca da melhoria dos processos acadêmicos e administrativos.

Vislumbra-se também consolidar e ampliar os espaços de discussão colegiada, qualificando a produção de sentidos e possibilitando o desenvolvimento dos processos institucionais, promovendo um espaço de interlocução que privilegie a reflexão sobre os processos e experiências entre os diversos membros da comunidade acadêmica.

Neste sentido a Comissão de Avaliação Institucional almeja para o período de 2019/2021, além das metas sinalizadas no Plano de Ação para os respectivos períodos, ampliar os processos de divulgação dos dados da autoavaliação, com o intuito de promover a sensibilização e a compreensão do significado do desenvolvimento de avaliação participativa na Instituição.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei 10.861 de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Especial de Avaliação. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior**: bases para uma Nova Proposta de Avaliação da Educação Superior. Brasília: MEC, 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Orientações Gerais para o Roteiro da Auto-Avaliação das Instituições**. Brasília: MEC, 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Avaliação Externa das Instituições de Educação Superior**: diretrizes e instrumentos. Brasília: MEC, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Avaliação dos Cursos de Graduação**: instrumento. Brasília: MEC, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Diretrizes para a avaliação das instituições de educação superior**. Brasília: MEC, 2004.
- BRASIL. **Portaria 2051 de 09 de julho de 2004**. Regulamenta os procedimentos de Avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, instituído na Lei 10861 de 14 de abril de 2004. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, 2004.
- BRASIL. **Resolução 01 de 11 de janeiro de 2005**. Estabelece prazos e calendário para avaliação das Instituições de Educação Superior. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, 2005.
- DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação da Educação Superior**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação e compromisso público**: a educação superior em debate. Florianópolis: Insular, 2003.
- DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação**: Políticas Educacionais e Reformas da Educação Superior. São Paulo: Cortez, 2003.
- LEITE, Denise. **Reformas universitárias**: avaliação institucional participativa. Petrópolis: Vozes, 2005.

LEITE, Denise; TUTIKIAN, Jane; HOLZ, Norberto. **Avaliação e compromisso.** Construção e prática da avaliação institucional em uma universidade pública. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

RISTOF, Dilvo. Algumas definições de avaliação. In: SOBRINHO, José Dias. **Avaliação e compromisso público:** a educação superior em debate. Florianópolis: Insular, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2003.

## ANEXO A - INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DICENTE E DOCENTE

### COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

Público envolvido: discentes e docentes dos cursos de Graduação e técnicos administrativos.

#### ESCALA DE CONVENÇÃO

1. Nunca
2. Poucas vezes
3. Muitas vezes
4. Sempre
5. Não se aplica

#### DIMENSÃO 1 – destinada para o corpo discente

Foco: Docente

DIMENSÃO 1: INDICADOR DE AVALIAÇÃO – Avaliação dos Docentes	
1	O(a) professor(a) comparece às aulas e demais atividades, iniciando e terminando-as no tempo estabelecido?
2	O(a) professor(a) apresenta e cumpre o Plano de Ensino?
3	O(a) professor(a) demonstra domínio didático pedagógico?
4	O(a) professor(a) apresenta com clareza os critérios de avaliação da disciplina?
5	O(a) professor(a) apresenta e discute os resultados das avaliações?
6	O(a) professor(a) busca construir um ambiente que favoreça a aprendizagem dos(as) alunos(as)?
7	O(a) professor(a) relaciona os conteúdos ministrados com outras disciplinas?
8	O(a) professor(a) mantém atualizadas as notas e frequências no SIGA?
9	O(a) professor(a) manteve respeito e cortesia, com postura adequada diante da diversidade sociocultural?
10	O professor realiza avaliações compatíveis com o que foi trabalhado na atividade de ensino?

Foco: Autoavaliação

DIMENSÃO 1: INDICADOR DE AVALIAÇÃO – Autoavaliação dos Discentes	
11	Sou pontual e assíduo às aulas das disciplinas que estou cursando, saindo da aula apenas no momento do seu término.
12	Dou a devida atenção e me dedico às atividades extraclasse propostas pelas disciplinas que estou cursando.
13	Contribuo para criar um ambiente favorável ao aprendizado nas disciplinas que estou cursando, colaborando com o/a professor/a e colegas.
14	Conheço a proposta e acompanho os planos de ensino das disciplinas que estou cursando.
15	Procuro ao/à professor/a, Coordenação de Curso e/ou Núcleo Discente, Docente e de Funcionários quando tenho dificuldades na minha aprendizagem ou de relacionamento.

**DIMENSÃO 1 – destinada para o corpo docente**  
Foco: Autoavaliação

<b>DIMENSÃO 1: INDICADOR DE AVALIAÇÃO – Autoavaliação dos Docentes</b>	
1	Eu compareço às aulas e demais atividades, iniciando e terminando-as no tempo estabelecido.
2	Eu apresento e cumpro o Plano de Ensino.
3	Eu demonstro domínio didático pedagógico.
4	Eu apresento com clareza os critérios de avaliação da disciplina
5	Eu apresento e discuto os resultados das avaliações.
6	Eu busco construir um ambiente que favoreça a aprendizagem dos(as) alunos(as).
7	Eu relaciono os conteúdos ministrados com outras disciplinas.
8	Eu mantenho atualizadas as notas e frequências no SIGA.
9	Eu mantenho respeito e cortesia, com postura adequada diante da diversidade sociocultural.
10	Eu realizo avaliações compatíveis com o que foi trabalhado na atividade de ensino.

**DIMENSÃO 2 – destinada para o corpo docente e discente**  
Foco: Curso

<b>DIMENSÃO 2: INDICADOR DE AVALIAÇÃO - Avaliação do Currículo</b>	
1	O currículo do seu curso articula o conhecimento da área com os temas gerais e situações do cotidiano da realidade brasileira?
2	Os estágios curriculares obrigatórios permitem o desenvolvimento de habilidades específicas à profissão?
3	O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC possibilita a aplicação dos conhecimentos desenvolvidos durante o curso?

## ANEXO B - INSTRUMENTO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS

### CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA) COORDENADORIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL INSTRUMENTO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS

#### ESCALA DE CONVENÇÃO

1. Nunca
2. Poucas vezes
3. Muitas vezes
4. Sempre
5. Não se aplica

### DIMENSÃO 3

Foco: Livre

DIMENSÃO 3: INDICADOR DE AVALIAÇÃO - Serviços	
14	Os setores de Serviços terceirizados oferecidos demonstram qualidade? (Setor de Cópia, Praça de Alimentação, Livraria/papelaria, Estacionamento).
15	A PASTORAL/CAPELA demonstra qualidade em seu apoio?
16	A SEGURANÇA INTERNA demonstra qualidade em seu serviço?
17	A OUVIDORIA demonstra qualidade em seu serviço?
18	A SINALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS INSTITUCIONAIS demonstra qualidade?
19	O SERVIÇO DE LIMPEZA demonstra qualidade?
20	O SETOR DE MULTIMEIOS demonstra qualidade em seu serviço?
DIMENSÃO 3: INDICADOR DE AVALIAÇÃO - Setores de Atendimento	
21	O CALL CENTER presta atendimento satisfatório?
22	A CENTRAL DE ATENDIMENTO INTEGRADO (CAI) presta atendimento satisfatório?
23	As RECEPÇÕES DAS SALAS DOS PROFESSORES E DAS COORDENAÇÕES prestam atendimento satisfatório?
24	O SETOR DE ESTÁGIOS presta atendimento satisfatório?
25	O COMITÊ DE ÉTICA presta atendimento satisfatório?
26	A EQUIPE DE APOIO AO ENSINO presta atendimento satisfatório?
27	O SETOR DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL presta atendimento satisfatório?
28	A SALA DE RECURSOS presta atendimento satisfatório?
29	A FARMÁCIA-ESCOLA presta atendimento satisfatório?
30	O SERVIÇO-ESCOLA DE PSICOLOGIA presta atendimento satisfatório?
31	As CLÍNICAS INTEGRADAS DO IPA presta atendimento satisfatório?
32	A ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DO IPA – (ADIPA) presta atendimento satisfatório?
DIMENSÃO 3: INDICADOR DE AVALIAÇÃO - Acessibilidade	
33	A acessibilidade para pessoas com deficiência é garantida na instituição?
DIMENSÃO 3: INDICADOR DE AVALIAÇÃO - Apoio Didático	
34	Os equipamentos de apoio utilizados em sala de aula atendem com qualidade de funcionamento?
35	A rede sem fio/ Wireless/ Wi-fi atende com qualidade de funcionamento?

<b>INDICADOR DE AVALIAÇÃO: DIMENSÃO 1 - BIBLIOTECA</b>	
24)	O acervo de livros e periódicos atende com qualidade a comunidade acadêmica?
25)	Há quantidade suficiente e atualização do acervo de livros e periódicos?
26)	Há eficiência e suporte técnico na prestação de atendimento?
27)	Espaço físico, luminosidade, limpeza, silêncio e conforto térmico/temperatura atendem as necessidades dos usuários de forma satisfatória?
28)	Há quantidade suficiente de guarda-volumes?
29)	Os procedimentos para reserva, empréstimos e devolução do acervo são adequados?
30)	O acesso ao acervo é oferecido de forma facilitada?
31)	Os horários de atendimento são adequados?
<b>INDICADOR DE AVALIAÇÃO: DIMENSÃO 1 - ACESSIBILIDADE</b>	
32)	Os acessos oferecidos para Pessoas com Deficiências (PCD) atendem de forma global?
33)	Os espaços oferecidos para Pessoas com Deficiências (PCD) atendem de forma global?
34)	Os recursos oferecidos para Pessoas com Deficiências (PCD) atendem de forma global?
<b>INDICADOR DE AVALIAÇÃO: DIMENSÃO 1 - APOIO DIDÁTICO, TECNOLOGIA E MULTIMEIOS</b>	
35)	Os equipamentos de apoio utilizados em sala de aula atendem com qualidade de funcionamento?
36)	A rede sem fio/ Wireless/ Wi-fi atende com qualidade de funcionamento?
<b>INDICADOR DE AVALIAÇÃO: DIMENSÃO 1 - LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS/NÚCLEOS</b>	
37)	Os laboratórios e/ou núcleos atendem às necessidades das disciplinas práticas?
38)	Os equipamentos e/ou materiais disponíveis nos ambientes para aulas práticas são suficientes para o número de estudantes?
<b>INDICADOR DE AVALIAÇÃO: DIMENSÃO 1 - LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA:</b>	
39)	A quantidade de equipamentos nos laboratórios de informática atende a comunidade acadêmica de forma satisfatória?
40)	Há qualidade e manutenção periódica dos equipamentos e softwares nos laboratórios de informática?
41)	Os horários de funcionamento, o atendimento e o suporte técnico oferecidos são satisfatórios?
<b>INDICADOR DE AVALIAÇÃO: DIMENSÃO 1 - PORTAL INSTITUCIONAL/PÁGINA DO CURSO/SIGA</b>	
42)	O Portal Institucional oferece facilidade, agilidade no acesso e disponibilidade de informações?
43)	O Portal Institucional oferece informações atualizadas sobre: Projeto Pedagógico do Curso (PPC), Currículos, horários e notícias?
44)	O Sistema Integrado de Gestão de Aprendizagem (SIGA) oferece facilidade, agilidade no acesso e disponibilidade de informações?

## ANEXO C - INSTRUMENTO DE AUTOAVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Foco: Questões Administrativas

<b>INDICADOR DE AVALIAÇÃO - Questões administrativas</b>	
1	A comunicação e o fluxo de tarefas entre os setores atendem às minhas necessidades?
2	O estímulo à qualificação continuada atende às minhas necessidades?
3	A atuação da liderança ou coordenação atende às minhas necessidades?

Foco: Autoavaliação

<b>INDICADOR DE AVALIAÇÃO - Autoavaliação dos técnico-administrativos</b>	
4	Minha pontualidade e assiduidade são alinhadas às demandas do meu setor.
5	O relacionamento com os colegas de trabalho está alinhado ao esperado pelo meu setor.
6	Estou satisfeito com a função que desempenho.

## ANEXO D - INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO ACADÊMICA

### CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA - IPA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA) COORDENADORIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO ACADÊMICA

#### AVALIAÇÃO ACADÊMICA

Analise os indicadores abaixo e posicione-se quanto a sua percepção em relação à Coordenação de Curso:

<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
<b>MUITO SATISFEITO</b>	<b>SATISFEITO</b>	<b>INSATISFEITO</b>	<b>MUITO INSATISFEITO</b>	<b>NÃO SE APLICA</b>

#### 1. AVALIAÇÃO DO CURSO

<b>CATEGORIA 1 CONCEPÇÕES E PRÁTICA PEDAGOGICA</b>	<b>CRITERIOS PARA AUTO-AVALIAÇÃO</b>
<b>1.1 CURRÍCULO</b> <b>INDICADORES:</b> Coerência Adequação com as DCN Adequação com as necessidades sociais Interação entre docentes e discentes	Contempla plenamente as DCN, demonstrando coerência expressa no currículo que favorece a aprendizagem. Apresenta relevância social coerente com os princípios da IES. Caracteriza-se pela transdisciplinaridade e flexibilização. Propõe atividades agregadoras do conhecimento dentro e fora do ambiente acadêmico.  Planejamento de Ação de superação.
<b>1.2 METODOLOGIA</b> <b>INDICADORES:</b> Concepção do curso Proposta inclusiva Centrada na pessoa Visão interdisciplinar e transdisciplinar Contempla diversidades de saberes populares e formais Abordagens inovadoras	Centrada na pessoa, sendo o docente o mediador do processo de aprendizagem. Apresenta plena relação com as concepções do curso e da IES. Inclui abordagens inovadoras, apresentando práticas e propostas inter e transdisciplinares, contemplando os diversos saberes.  Planejamento de Ação de superação.
<b>1.3 AVALIAÇÃO</b> <b>INDICADORES:</b> Dialógica Coerente	Os processos de avaliação estão coerentes com a concepção do curso e princípios da IES. As estratégias, instrumentos, critérios e propostas de avaliação são identificados pelos planos de ensino que demonstram estarem embasados nos princípios institucionais de: emancipação, liberdade e desenvolvimento da autonomia da pessoa.

Processual Participativa Emancipatória Proposta diversificada Reflexiva	Planejamento de Ação de superação.
<b>1.4 PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO</b> <b>INDICADORES:</b> Atividades de extensão Pesquisa Atividades Complementares	Oferta atividades de extensão consonantes com os princípios institucionais. Apresenta atividades complementares suficientes para dar conta da maior parte da carga horária prevista no projeto pedagógico do curso além de incentivar a participação fora da IES.  Planejamento de Ação de superação.
Apoio Discente	Apresenta mecanismos efetivos de acompanhamento de cumprimento do TCC, coerentes com as políticas institucionais.  Planejamento de Ação de superação.
Atuação do Coordenador(a)	Considera os resultados de Avaliação da Gestão.  Apresenta experiência profissional e acadêmica que o habilita para o pleno desenvolvimento do curso em consonância com os princípios da IES. Possui carga horária compatível com as atribuições inerentes a sua função. Articula plenamente a gestão do curso com a gestão institucional como consequência das políticas de gestão.  Planejamento de Ação de superação.
<b>CATEGORIA 2</b> <b>INTERCOLUÇÃO E INTEGRAÇÃO DA IES NA SOCIEDADE</b>	<b>INDICADORES</b>
<b>2.1 CONVÊNIOS</b> Instituições Públicas Instituições Privadas Movimentos Sociais	As atividades de integração e formação acadêmica atendem as demandas sociais da comunidade interna e externa. Inclui abordagens inovadoras de estratégias de ensino levando em consideração os diversos saberes e atores sociais.  Planejamento de Ação de superação.
<b>2.2 EVENTOS CIENTIFICOS</b>	Propõe eventos com participação das organizações parceiras, contemplando os princípios institucionais. Envolve a comunidade externa e interna na promoção da produção de conhecimento com relevância social.
<b>CATEGORIA 3</b> <b>INTERLOCUÇÃO E INTEGRAÇÃO ENTRE OS CURSOS DA IES</b>	<b>INDICADORES</b>

<p><b>3.1 PROJETOS DE EXTENSÃO QUE SE INTEGRAM AO ENSINO</b></p> <p><b>3.2 PROJETOS DE EXTENSÃO QUE INTEGRAM CURSOS DA MESMA ÁREA OU AFINS</b></p> <p><b>3.3 PROJETOS DE PESQUISA DE CARATER MULTIDISCIPLINAR</b></p>	<p>Promove e viabiliza plenamente o desenvolvimento de conhecimento cultural, científico e técnico através do ensino pesquisa e extensão de forma interdisciplinar estimulando o desenvolvimento do espírito científico.</p> <p>Planejamento de Ação de superação.</p>
<p><b>CATEGORIA 4</b></p> <p><b>INFRAESTRUTURA INSTALAÇÕES FÍSICAS E LOGÍSTICAS</b></p>	<p><b>INDICADORES</b></p>
<p><b>4.1 LOCALIZAÇÃO ACESSO</b></p> <p>LOCOMOÇÃO ENTRE OS CAMPUS</p> <p>LIMPEZA E MANUTENÇÃO GERAL</p>	<p>Apresenta localização acessível com plena oferta de meios de transportes, com sinalização compatível com os alunos portadores de necessidades especiais. Mantém as dependências limpas e ventiladas e com iluminação adequadas.</p> <p>Planejamento de Ação de superação.</p>
<p><b>4.2 RECURSO PEDAGÓGICOS E O USO DE NOVAS TECNOLOGIAS</b></p>	<p>Os recursos pedagógicos são plenamente coerentes com a proposta do curso e contemplam o uso de novas tecnologias.</p> <p>Planejamento de Ação de superação.</p>

## 2. Análise dos Dados da Avaliação Externa (DAE)

<p>2.1 ENADE</p>	<p>Análise das Médias dos Ingressantes e Concluintes nos Componentes Geral e Específico e sua relação com o currículo do curso – relação com as competências e habilidades previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais da área.</p> <p>Análise da Média Geral do ENADE, Conceito ENADE e IDD – relação com as médias regionais e nacionais.</p> <p>Planejamento de Ação de superação.</p>
<p>2.2 Avaliação de Curso de Graduação (ACG)</p>	<p>Análise das <b>Potencialidades</b> apontadas no relatório de autorização, reconhecimento ou renovação de reconhecimento e planejamento de ações para consolidação;</p> <p>Análise das <b>Fragilidades</b> apontadas no relatório de autorização, reconhecimento ou renovação de reconhecimento e planejamento de ações para superação;</p> <p>Análise das <b>Recomendações</b> apontadas no relatório de autorização, reconhecimento ou renovação de reconhecimento e planejamento de ações para superação;</p> <p>Análise dos <b>Conceitos</b> do Curso nas Dimensões Organização Didático-Pedagógica, Corpo Docente, Discente e Técnico-administrativo e Instalações Físicas e planejamento de ações para superação.</p>
<p>2.3 CENSO</p>	<p>Análise dos números do Curso no CENSO no que se refere ao número de ingresso, número de transferência e evasão, bem como planejamento de ações para superação;</p> <p>Análise dos números do Curso no CENSO e sua relação com o contexto dos Cursos da IES, Cursos da área na região e nacionalmente, bem como e planejamento de ações para superação</p>
<p>2.4 Avaliação Institucional Externa (AIE)</p>	<p>Análise das <b>Potencialidades</b> apontadas no relatório de credenciamento, ou renovação de credenciamento e planejamento de ações para consolidação;</p> <p>Análise das <b>Fragilidades</b> apontadas no relatório de credenciamento ou renovação de credenciamento e planejamento de ações para superação;</p> <p>Análise das <b>Recomendações</b> apontadas no relatório de credenciamento ou renovação de credenciamento e planejamento de ações para superação;</p> <p>Análise dos <b>Conceitos</b> da Instituição nas Dimensões Organização Didático-Pedagógica, Corpo Docente, Discente e Técnico-administrativo e Instalações Físicas e planejamento de ações para superação.</p>

3. Dados da Avaliação <i>Online</i> (DAO)	<b>INDICADORES</b>
3.1 Dados do Corpo Docente	Relatório de informações obtidas mediante Instrumento de Avaliação (IA) <i>Online</i> dos professores. Discussão dos resultados no colegiado do curso pelo docente com os discentes em sala de aula. Planejamento de Ação de superação.
3.2 Dados do Corpo Discente	Relatório de informações obtidas mediante Instrumento de Avaliação (IA) <i>Online</i> dos alunos. Discussões dos resultados nos conselhos de classe colegiados de curso(s) Planejamento de Ação de superação.
3.3 Dados do Corpo Técnico-Administrativo	Relatório de informações obtidas mediante Instrumento de Avaliação (IA) <i>Online</i> dos profissionais de apoio; Discussão dos resultados de avaliação dos setores e dos técnicos relativos ao curso e planejamento de ações integradas para superação

## ANEXO E - INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

### PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU COORDENADORIA DE AVALIAÇÃO

#### INSTITUCIONAL INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO

Autoavaliação do/a Estudante, avaliação do/a professor/a e avaliação da disciplina

CURSO: \_\_\_\_\_

DISCIPLINA: \_\_\_\_\_

PROFESSOR/A: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

PARTICIPANTES:

#### AUTOAVALIAÇÃO DO/A ESTUDANTE:

INDICADORES:	Plenamente Satisfatório	Muito satisfatório	Satisfatório	Regular	Não Satisfatório	Não se aplica
1. Estive presente nas aulas?						
2. Demonstrei comprometimento?						
3. Participei das aulas?						
4. Considero que aprendi os conteúdos trabalhados na disciplina?						

#### SOBRE O/A PROFESSOR/A:

INDICADORES:	Plenamente Satisfatório	Muito satisfatório	Satisfatório	Regular	Não Satisfatório	Não se aplica
5. Apresentou o plano de ensino (objetivos, conteúdos, metodologia, avaliação da disciplina)?						
6. Cumpriu o plano de ensino e desenvolvimento do conteúdo?						
7. Demonstrou conhecimento sobre o assunto?						
8. Esclareceu dúvidas de forma satisfatória e segura?						
9. Estimulou e motivou à participação dos alunos?						
10. Adotou estratégias de ensino para o desenvolvimento da aprendizagem (seminários, trabalhos em grupo, estudo de caso, trabalhos intra e extraclasse bem dimensionados etc.) ?						
11. Estabeleceu relações entre teoria e prática?						

12. Relacionou-se com os alunos de forma acessível, respeitosa e ética?						
13. Apresentou os critérios e instrumentos de avaliação?						
14. Foi pontual?						

**SOBRE A DISCIPLINA:**

<b>INDICADORES:</b>	<b>Plenamente Satisfatório</b>	<b>Muito satisfatório</b>	<b>Satisfatório</b>	<b>Regular</b>	<b>Não Satisfatório</b>	<b>Não se aplica</b>
15. Os conteúdos programáticos são adequados à disciplina?						
16. A carga horária é adequada?						
17. A disciplina é importante para o curso?						
18. A disciplina proporciona aplicabilidade?						

**SOBRE OUTROS ASPECTOS:**

Que questões você apontaria como pontos positivos e pontos a melhorar no seu curso e na instituição?

<b>PONTOS POSITIVOS</b>	<b>PONTOS A MELHORAR</b>

## Avaliação da turma e Autoavaliação do/a Professor/a

### PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU COORDENADORIA DE AVALIAÇÃO

#### INSTITUCIONAL INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO

## Avaliação da turma e Autoavaliação do/a Professor/a

**CURSO:** \_\_\_\_\_

**DISCIPLINA:** \_\_\_\_\_

**PROFESSOR/A:** \_\_\_\_\_

**Data:** \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

### AVALIAÇÃO DA TURMA:

INDICADORES:	Plenamente Satisfatório	Muito satisfatório	Satisfatório	Regular	Não Satisfatório	Não se aplica
1. A turma manteve a frequência?						
2. A turma demonstrou comprometimento?						
3. A turma foi participativa?						
4. A turma demonstrou aprendizagem dos conteúdos trabalhados na disciplina?						

### AUTOAVALIAÇÃO DOCENTE:

INDICADORES:	Plenamente Satisfatório	Muito satisfatório	Satisfatório	Regular	Não Satisfatório	Não se aplica
5. Apresentei o plano de ensino (objetivos, conteúdos, metodologia, avaliação da disciplina)?						
6. Cumpri o plano de ensino e o de envolvimento do conteúdo?						
7. Demonstrei conhecimento sobre o assunto?						
8. Esclareci dúvidas de forma satisfatória e segura?						
9. Estimulei e motivei à participação dos alunos						
10. Adotei estratégias de ensino para o desenvolvimento da aprendizagem (seminários, trabalhos em grupo, estudo de caso, trabalhos intra e extraclasse bem dimensionados etc.)?						
11. Estabeleci relações entre teoria e prática?						
12. Relacionei-me com os alunos, de forma: acessível, respeitosa e ética?						

13. Apresente os critérios e instrumentos de avaliação?						
14. Fui pontual?						

**SOBRE A DISCIPLINA:**

<b>INDICADORES:</b>	<b>Plenamente Satisfatório</b>	<b>Muito satisfatório</b>	<b>Satisfatório</b>	<b>Regular</b>	<b>Não Satisfatório</b>	<b>Não se aplica</b>
15. Os conteúdos programáticos são adequados à disciplina?						
16. A carga horária é adequada?						
17. A disciplina é importante para o curso?						
18. A disciplina proporciona aplicabilidade?						

**SOBRE OUTROS ASPECTOS:**

Que questões você apontaria como pontos positivos e pontos a melhorar no seu curso e na instituição?

<b>PONTOS POSITIVOS</b>	<b>PONTOS A MELHORAR</b>

**PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU COORDENADORIA DE AVALIAÇÃO**  
**INSTITUCIONAL INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO**

**Infraestrutura e Serviços**

**CURSO:** \_\_\_\_\_

**DISCIPLINA:** \_\_\_\_\_

**Data:** \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**PARTICIPANTES:** \_\_\_\_\_

**INSTALAÇÕES**

INDICADORES:	Plenamente Satisfatório	Muito satisfatório	Satisfatório	Regular	Não Satisfatório	Não se aplica
1. Sanitários						
2. Áreas de convivência e lazer						
3. Auditórios						

**SERVIÇOS**

4. Setor de Cópias						
5. Praça de Alimentação						
6. Livraria/Papelaria						
7. Estacionamento						
8. Segurança interna						
9. Sinalização dos espaços institucionais						

**SETORES DE ATENDIMENTO**

10. Call Center						
11. Secretaria de Pós-Graduação						
12. Ouvidoria						
13. Comitê de Ética						

**BIBLIOTECA**

14. Qualidade do acervo de livros e periódicos						
15. Eficiência e suporte técnico na prestação de atendimento						
16. Acesso facilitado ao acervo das bibliotecas						
17. Horários adequados de atendimento						
18. Espaço físico, luminosidade, limpeza e silêncio atendendo às necessidades de forma global.						

**ACESSIBILIDADE**

19. Os acessos oferecidos para Pessoas com Deficiências (PCDs) atendem de forma global						
20. Os espaços oferecidos para Pessoas com Deficiências (PCDs) atendem de forma global						
21. Os recursos oferecidos para Pessoas com Deficiências (PCDs) atendem de forma global						

**APOIO DIDÁTICO, TECNOLOGIA E MULTIMEIOS**

<b>INDICADORES:</b>	<b>Plenamente Satisfatório</b>	<b>Muito satisfatório</b>	<b>Satisfatório</b>	<b>Regular</b>	<b>Não Satisfatório</b>	<b>Não se aplica</b>
22. Os equipamentos de apoio utilizados em sala de aula atendem com qualidade de funcionamento						

**LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA**

23. Disponibilidade, qualidade e quantidade de equipamentos						
---	--	--	--	--	--	--

**PORTAL INSTITUCIONAL**

24. O Portal Institucional oferece facilidade, agilidade no acesso e disponibilidade de informações						
25. O Portal Institucional oferece informações atualizadas sobre: Projeto Pedagógico do Curso, Currículo, horários e notícias						

**SOBRE OUTROS ASPECTOS:**

Que questões você apontaria como pontos positivos e pontos a melhorar na infraestrutura e serviços da instituição?

<b>PONTOS POSITIVOS</b>	<b>PONTOS A MELHORAR</b>